

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

EMMANUELA DE ALMEIDA LINS

**REFLEXÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO: AS
ANTIGAS E NOVAS EXPERIÊNCIAS COM A
CORDOALHA NA COMUNIDADE CUIUIÚ – BARRA
DE SANTA ROSA/PB**

CAMPINA GRANDE/PB

2009

EMMANUELA DE ALMEIDA LINS

**REFLEXÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO: AS
ANTIGAS E NOVAS EXPERIÊNCIAS COM A
CORDOALHA NA COMUNIDADE CUIUIÚ – BARRA
DE SANTA ROSA/PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

ORIENTADORA
PROF(A). DRA. RAMONILDES ALVES GOMES

CAMPINA GRANDE/PB

2009

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

L759r Lins, Emmanuela de Almeida.
Reflexões acerca do desenvolvimento: as antigas e novas experiências com a cordoalha na comunidade Cuiuiú - Barra de Santa Rosa/PB / Emmanuela de Almeida Lins. – Campina Grande, 2009.
94 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.
"Orientação: Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes".
Referências.

1. Comunidades Rurais - Artesanato. 2. Artesanato - Produção e Venda. 3. Centro Artesanal de Cuiuiú - Barra de Santa Rosa (Paraíba). I. Gomes, Ramonildes Alves. II. Título.

CDU 316.334.55:334.712(043)

EMMANUELA DE ALMEIDA LINS

**REFLEXÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO: AS ANTIGAS E
NOVAS EXPERIÊNCIAS COM A CORDOALHA NA COMUNIDADE
CUIUIÚ – BARRA DE SANTA ROSA/PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dra. Ramonildes Alves Gomes
PPGCS/UFCG

Prof(a). Dra. Rosilene Dias Montenegro
PPGH/UFCG

Prof. Dr. Márcio de Matos Caniello
PPGCS/UFCG

DEDICATÓRIA

Aos Artesãos.

AGREDECIMENTOS

Finalizando mais uma etapa em minha vida acadêmica, gostaria de agradecer a algumas pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação.

Aos professores, secretários e colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, por consolidarem esse espaço com um lugar de debates, escritas e práticas democráticas, construindo uma academia mais humanizada.

As minhas eternas vizinhas de saber Franqueline, Suely, Sandra, Janine e Fabya, por proporcionarem momentos de alegrias e aprendizados ao longo desses anos de convivência.

A Ramonildes Alves Gomes que, além de orientadora, foi um ponto de equilíbrio para que pudesse finalizar essa etapa e iniciar outra.

Aos meus familiares, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A Carla, pela compreensão, paciência e presença.

Da folha do Agave nós extraímos a sua fibra - o sisal.
Depois, pacientemente, unimos fio com fio e fazemos nascer a corda.
Descobrimos nesse trabalho que um fio só é fraco, mas que vários são fortes.
Assim como nós... Fracos sozinhos e fortes juntos.

RESUMO

A produção e venda do artesanato, na contemporaneidade, tem chamado a atenção de algumas instituições como um mecanismo de inserção de grupos sociais e comunidades rurais em um mercado de bens de consumo, e isto contribuiria para a obtenção de outras formas de renda, promovendo, assim, o desenvolvimento de certos lugares (uma comunidade, um território, uma área rural, etc). No município de Barra de Santa Rosa/Paraíba, a situação acima mencionada torna-se uma realidade concreta, a partir da experiência de criação do Centro Artesanal de Cuiuiú, em 1999, com o *Projeto de Implantação de Unidade de Beneficiamento da Fibra de Sisal (Agave sisalana, Perr.) Para Confecção de Artesanato na Comunidade Cuiuiú – Barra de Santa Rosa*. Estiveram diretamente envolvidos neste projeto, enquanto agentes e mediadores de uma proposta de desenvolvimento as seguintes instituições: Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTc PB; a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, o Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido – PEASA; o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba – SEBRAE/PB; e o Governo do Estado da Paraíba, através do Programa Paraíba em suas Mãos. Para alcançar os objetivos estas instituições tiveram que redimensionar a produção da cordoalha na comunidade de Cuiuiú, dando um novo sentido para a atividade, que era realizada por todas as famílias do local, cujo aprendizado era transmitido, através da oralidade e da experiência coletiva no curso das gerações, dentro dos grupos de famílias. Contudo, esta atividade não gerava renda suficiente para manter o equilíbrio econômico-social das famílias. Tendo como referência empírica o projeto de desenvolvimento, implantado na Comunidade Cuiuiú tentarei analisar a experiência da criação do Centro Artesanal de Cuiuiú, atentando especialmente para as lógicas e as práticas que informadas tanto pelos atores locais, quanto pelas agências que fomentaram o projeto, acerca do desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: artesanato, desenvolvimento, Comunidade Cuiuiú

ABSTRACT

The production and the sale of handcraft, in these days, has payed some institutions attention as a mechanism of insertion some social groups and rural communities in a consume wealth, and this would contribute to an obtainment to other revenue ways, promoting, the development of some places (a community, a place, a rural area, etc). In the town of Barra de Santa Rosa/Paraíba, the situation mentioned below becomes a concrete reality, from a experience of the creation of Centro Artesanal de Cuiuiú, in 1999, with a *Project of Implantation of the Unity of Sisal Fiber Betterment (Agave sisalana, Perr.) To Confection of handcraft in Cuiuiú's Community – Barra de Santa Rosa*. They had involved in this project, as long as agents and mediators of a development propose the institutions followed: Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTc PB; Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Programa de Ações e Estudos do Semi-árido - PEASA; Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/PB; and Governo do Estado da Paraíba, through the program Paraíba em suas Mãos. To reach the objectives this institutions had to dimension again the production of cordage in the Cuiuiu's community, offering a new sense to activity, which were realized by all local families, which learning was transmitted, between the orality and the collective experience through the generations, inside the family groups. However, this activity hadn't generated revenue enough to keep the family's equilibrium social-economical. Having as empiric reference of development implanted in Cuiuiú's community, I'll try analyzing the experience of creation of the Centro Artesanal de Cuiuiú, attending especially to the logics and practicals which are formed so as the local actors, so as the agencies that fomented the project, about the development.

KEY-WORDS: handcraft, development, Cuiuiú

LISTA DE SIGLAS

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PaqTc PB – Parque Tecnológico da Paraíba

PEASA – Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido

PIB – Produto Interno Bruto

SEBRAE/PB – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CAPÍTULO I	21
1.1. Constituição do objeto de estudo	22
1.2. Contextualização histórico-geográfica do campo empírico	25
1.3. A cultura do sisal em Cuiuiú	29
2. CAPÍTULO II	38
2.1. Considerações sobre o artesanato	39
2.1.1. O artesanato: usos e discursos	40
2.1.2. O artesanato como tradição e atividade produtiva	43
2.1.3. O lugar da tradição: a produção da cordoalha, costumes e modos de vida	45
2.1.4. O artesanato como estratégia de sobrevivência: novos costumes	45
2.2. Reflexões acerca do desenvolvimento	48
2.2.1. As agências de fomento e o desenvolvimento de comunidade: em busca do desenvolvimento local sustentável	53
2.3. A produção artesanal em Cuiuiú: novos projetos e antigas práticas	58
2.3.1. As escolhas e os riscos: em busca de qualidade de vida	59
2.3.2. Respondendo ao mercado: produtos e valores	62
3. CAPÍTULO III	64
3.1. A Comunidade	65
3.2. As Famílias	69
3.3. As Agências	74
3.4. Os Técnicos	77

CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
BIBLIOGRAFIA	91

INTRODUÇÃO

Apesar do esforço sempre, ou quase sempre, visível ao término de uma dissertação, não conseguimos colocar no papel, com toda plenitude, as nossas impressões e pensamentos. Em toda leitura que se segue do ato da escrita e reescrita, o autor sempre percebe que algo ficou sem ser dito – o indizível, e isto tem, em princípio, dois motivos. O primeiro é a limitação do homem em não conseguir reproduzir todas as particularidades do real em palavra; e o segundo motivo, é o fato de que o indizível, associado ao esquecimento, pode vir a ser uma resistência do indivíduo, ou da sociedade, que se sente impotente diante dos discursos oficiais, que são criados para confrontar os movimentos de dominação.

Nesse exercício, relembro a *Nota do Autor*, em que Ariano Suassuna faz na edição de 2002 em *O santo e a porca*:

A obra que se apresenta ao público, qualquer que seja ela, é o resultado de duas derrotas: a primeira, porque o artista jamais conseguirá se equiparar à mobilidade, à vida, à riqueza, à contínua invenção da realidade; a segunda, porque depois de inventar sua obra – que é senão uma tentativa de resposta domada, classificada e ordenada ao que o mundo contém de feroz, de disperso e selvagem – nunca consegue ele imprimir na obra tudo o que desejou e entreviu no momento da criação¹.

No meu relato também há essas derrotas que, seja por qual dos motivos, é parte do estudo, ou melhor, parte de como vou me relacionar com o objeto do meu estudo, seus personagens, falas e histórias, e para que o leitor compreenda melhor o que falo, se faz necessário uma apresentação – aquela possível de ser construída, em que se situe o tempo, os espaços e os personagens que pretendo analisar.

No início de 2004, estava participando de uma pesquisa, encomendado pelo SEBRAE/PB e pelo Governo do Estado sobre a renda renascença na Paraíba. As informações obtidas durante esta pesquisa foram compiladas e publicadas no livro *Renda Renascença: uma memória de ofício paraibana*, publicado em 2005.

¹ SUASSUNA, 2002, pp. 21-2.

As reuniões, que discutiam as etapas e resultados da pesquisa, oportunizaram o contato com outros projetos, cujo objetivo primeiro era fomentar estratégias voltadas para o desenvolvimento, a exemplo da reformulação visual de peças artesanais produzidas no Estado por comunidades rurais. Um destes projetos foi exatamente a criação do Centro Artesanal de Cuiuiú, ou seja, uma *Unidade de Beneficiamento da Fibra de Sisal (Agave sisalana, Perr.)*, localizada no município de Barra de Santa Rosa/Paraíba. Dentre as estratégias para impulsionar as atividades artesanais, estavam a estilização do artesanato feito a partir da corda de sisal. Os desenhos das peças eram assinados por um *designer*, que estava a frente do projeto vinculado ao programa “Paraíba em suas mãos”, parceria do SEBRAE/PB com o Governo do Estado.

Criado em 2003, este programa tem como objetivo,

promover o desenvolvimento do artesanato paraibano, para que seja reconhecido nacional e internacionalmente, de forma integrada com o turismo, melhorando as condições de vida dos artesãos e artistas, através da geração de trabalho e renda, preservando as formas de identidade cultural da região que podem ser transmitidas por processos educacionais às novas gerações².

Ao ver os produtos feitos a partir da corda do sisal – luminárias, bandejas, portas-guardanapo, caixas – questionei o próprio *designer* acerca dos detalhes do projeto. Fui informada que os desenhos daqueles objetos tinham sido encomendados por agricultores que estavam associados a um Centro Artesanal, localizado em um sítio de Barra de Santa Rosa, no Curimataú paraibano – o Sítio Cuiuiú.

Pouco tempo depois, durante o São João, visitei o Salão do Artesão Paraibano, que era realizado no prédio da antiga Maria Fumaça, vizinho a também antiga Estação Ferroviária de Campina Grande e, para minha surpresa, alguns dos produtos que o *designer* havia desenhado estavam expostos para a venda. Na ocasião, conversei com uma senhora, e falei

² In <http://www.codata.pb.gov.br/apps/aparaibaemsuasmaos/site.html> (acesso em 11/09/2006)

que conhecia o *designer* que projetou os produtos e, para minha surpresa, ela disse que não sabia definir o que era aquele produto que, na verdade, era uma luminária trançada com corda fina de sisal. Então, falei o nome do *designer* e descrevi suas características físicas. Ela fez um ar de riso e respondeu a minha interlocução, dizendo: “– É um menino branquinho, franzino? Conheço demais!”

Neste momento um dado me impressionou. O fato da senhora não saber o nome do profissional mesmo tendo trabalhado com ele. Hoje, compreendo que isso era uma necessidade minha, e não dela. Foi a segunda oportunidade em que mantive contato com os produtos feitos com a fibra de sisal. Conversando com a mulher, fiz um comentário, que ela deveria ter muita coisa bonita feita com o sisal, e ela mais uma vez respondeu que não. Do sisal mesmo só tinha a *cordoalha*. Naquele momento, era eu quem não tinha entendido a palavra. Cordoalha é um termo êmico, ou seja, uma palavra cunhada pelas pessoas do lugar, mas desconhecida para nós, exatamente por não ter significado ou sentido nas nossas vidas.

Aproveite a oportunidade e perguntei a senhora do que se tratava a cordoalha e ela me falou que era “aquela corda vendida na feira”. Quem frequenta à feira consegue identificar o que ela estava falando, pois, em muitos armazéns, há fardos desta corda expostos à venda. É uma corda de aparência rústica, forte e grossa, muito utilizada pelo homem do campo nos seus afazeres cotidianos, para amarrar fardos, prender animais, estender a roupa, armar a rede.



FOTO 01: Imagem dos fardos de 100m e de unidades de 2m de cordoalha produzida em Cuiuiú e que são comercializados nas feiras do estado da Paraíba.

A conversa com a senhora aguçou ainda mais o meu estranhamento. O fato dela não saber o que significava *designer* e não possuir em sua própria casa, nenhuma das peças artesanais produzidas pelos artesãos do Centro me deixou ainda mais intrigada. Apontei para um produto e perguntei o que era. Mais uma vez ela disse que não sabia. Chamou uma menina que a acompanhava e perguntou como era o nome *daquilo*. A menina informou que era uma luminária, uma das peças que mais estava sendo vendida.

As situações e fatos narrados, longe de serem fatos isolados nas experiências que objetivam impulsionar o desenvolvimento, parecer ser algo cada vez mais recorrente. O estranhamento dos atores locais em relação aos processos, a presença de atores exógenos que se apresentam como magos, com idéias salvacionistas, o imediatismo dos processos, as disputas e conflitos de lógicas e interesses etc., me chamou a atenção e assim, passei a buscar mais informações sobre o Centro Artesanal de Cuiuiú com vistas à elaboração de um projeto para concorrer à seleção do mestrado.

Na primeira versão do projeto de dissertação, defini como objetivo, fazer uma reflexão sobre a relação da comunidade com o Centro, tentando perceber as interações sociais,

que naquele contexto, estão marcadas fortemente pelos laços de parentesco. Tendo sido selecionada para o curso de mestrado na Universidade Federal de Campina Grande, comecei a cursar as disciplinas e conheci outros referenciais de análise que ajudaram a complexificar ainda mais as questões de pesquisa, entre as quais: 1º) Entender o que as instituições ligadas aos programas e projetos com vistas ao desenvolvimento local pensam sobre desenvolvimento; 2º) Que lógicas os projetos de desenvolvimento, vigentes no Nordeste, informam? 3º) Em que medida o desenvolvimento local tem sido reduzido ao dinamismo econômico? 4º) Como as comunidades têm vivenciado as experiências voltadas para o desenvolvimento.

As idas e vindas à comunidade, constantemente reorganizam as questões de pesquisa e redefine o próprio trabalho de pesquisa. Assim, as impressões iniciais acerca do trabalho artesanal e do trabalho desenvolvido pelas agências, pouco a pouco, foi sendo desmistificado. Percebi que não havia vítimas nem culpados, a realidade vivida pelos artesãos do Centro Artesanal de Cuiuiú era a expressão de um processo de interação, do qual participam indivíduos e grupos com interesses ora conflitantes, ora divergentes.

O percurso metodológico da pesquisa pode ser dividido nas seguintes etapas: Primeiro, uma imersão mais objetivada no campo com intuito de fazer observações e um primeiro apanhado de entrevistas, as quais possibilitaram mapear o desenvolvimento das atividades artesanais e conhecer os atores envolvidos nestas mesmas atividades. Houve a necessidade da observação participante, por ser um exercício que contribuiria para conhecer a história local e o contexto que o artesanato estava inserido no cotidiano dos atores estudados, o que demonstrou ser um momento de desafio, pois, imergir numa realidade completamente estranha ao seu cotidiano, gera o risco de produzir uma leitura confusa do que se vê.

O trabalho com a fibra de sisal em todas as etapas é bastante desgastante, árdua e dolorosa. Este foi mais um dado intrigante dentro do processo, ou seja, entender o porquê da

manutenção de uma atividade extremamente sofrida para o corpo físico, como é o caso da produção da cordoalha. Por vezes, as mulheres cortam suas mãos no momento da feitura da cordoalha. As mãos e unhas cortadas pela fibra, provocam dores no momento em que as mulheres precisam realizar outras atividades domésticas. Mesmo assim, é a atividade que elas realizam com mais frequência.

Observar esta realidade ajudou a direcionar o meu olhar sobre os fatos e a definir melhor as questões utilizadas no roteiro de entrevistas. Essas entrevistas, a princípio, seguiam um roteiro bastante simples.

No primeiro contato, as perguntas eram feitas com o intuito de conhecer os atores, nome, família, onde moravam, o que costumavam fazer, etc. Mas, o meu papel como pesquisadora não minimizava o estranhamento e a curiosidade das pessoas em relação a minha pessoa, tornando necessário a minha apresentação para as famílias de artesãos e, principalmente, esclarecê-los acerca da minha ligação com o Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido (PEASA) e com o SEBRAE/PB. Nesse momento, ficou claro que as falas deles certamente seriam direcionadas para a valorização das ações institucionais ou de pessoas ligadas a essas agências. Assim, preferi omitir o fato de que já havia feito trabalhos para o SEBRAE/PB.

Os dados coletados nessa fase da pesquisa contribuíram para a sistematização do segundo momento da mesma, que foi o levantamento de documentos, que nos ajudassem a fazer a relação das informações obtidas, por intermédio de diversas técnicas, observação, entrevistas e, assim, sintetizar os dados para a elaboração do texto.

Após este momento, ficou clara a necessidade do retorno a comunidade para aprofundamento dos dados, desta vez munida de mais informações sobre o local, sobre a cultura do sisal e, principalmente, sobre a atividade de feitura da corda, o que foi um problema, pois, talvez fruto da própria desvalorização da cultura do sisal, foi difícil encontrar

referências de leituras atualizadas sobre o tema, nos limitamos então aos estudos realizados pelos pesquisadores da EMBRAPA-Algodão. Entretanto, afirmavam que os estudos realizados nesta unidade estavam direcionados para o manejo da cultura, não existindo informações substanciais sobre a cadeia produtiva do sisal e, portanto, sobre as condições sociais e de trabalho da cultura do sisal.

Voltamos a Comunidade de Cuiuiú, dessa vez com intuito de observar a relação entre os atores (os indivíduos e as famílias) que participavam do Centro Artesanal de Cuiuiú e aqueles que não quiseram ingressar, ou participaram pouco tempo e saíram. As entrevistas foram adquirindo maior densidade, trabalhamos com um roteiro mais elaborado e com um maior número de perguntas. O fato de não ser mais uma estranha, facilitou para que as informações fluíssem com mais espontaneidade. Assim, foram entrevistados representantes de 04 famílias, 02 entrevistas coletivas com artesãs que participavam do Centro, além de 03 representantes de agências que fomentam projetos e 02 técnicos.

É interessante mencionar que, quando havia visitantes das agências, as pessoas ficavam bastante inibidas durante as entrevistas. Mas, quando eu estava sozinha e usando a metodologia da observação participante, passei a não ser vista como “a outra”, com o vínculo criado com as pessoas que entrevistaria, elas ficaram menos “defensivas” e fui obtendo as informações que necessitava.

As informações obtidas foram imprescindíveis para a construção do texto, ainda que, mesmo com estas, não tenhamos conseguido fazer o percurso de pesquisa planejado inicialmente. De todo modo, acredito que o texto que irei apresentar possibilita a compreensão dos múltiplos significados que o desenvolvimento pode assumir, a partir da experiência concreta, assim como, compreender os significados e desdobramentos da nova atividade artesanal na Comunidade de Cuiuiú com vistas ao desenvolvimento.

Sistematizamos a dissertação em 03 capítulos: no **Capítulo I**, busca-se entender a construção do objeto de estudo; a inserção e a crise da *cultura* do sisal na micro-região do Curimataú, particularmente na Comunidade de Cuiuiú; as mudanças e os múltiplos significados do uso do artesanato, relacionando o contexto macro (o mercado) e o micro (o local).

No **Capítulo II** discuto algumas noções sobre o desenvolvimento, com ênfase para os estudos voltados para o desenvolvimento no Nordeste; em seguida, descrevo o contexto que envolveu o surgimento das agências de fomento interessadas na implantação de projetos em Cuiuiú, permitindo ao leitor conhecer as bases que possibilitaram as escolhas no âmbito do projeto de Cuiuiú; finalizo esse capítulo analisando a relação entre agências-comunidade em relação à produção da cordoalha.

Em seguida, no **Capítulo III**, com base nas narrativas dos entrevistados, faço uma espécie de etnografia do campo empírico do Projeto de Artesanato de Cuiuiú, tentando pontuar os interesses dos atores; o que esta tática conseguiu efetivar em termos de estratégia de desenvolvimento; quais as expectativas dos atores em relação ao projeto; e por fim, quais os limites revelados a partir da experiência de Cuiuiú para pensar o desenvolvimento.

Por fim, tento fazer um apanhado das informações coletadas nesse trabalho e faço uma reflexão sobre que tipo de resistência está presentes nas relações entre os atores envolvidos no projeto e tento perceber como os conceitos de desenvolvimento está sendo vivenciado por eles.

CAPÍTULO I

1.1. CONSTITUIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A época atual está presenciando grandes modificações e redimensionamentos de elementos que constituem os processos culturais das sociedades. O artesanato pode ser citado como exemplo nessa situação, enquanto uma construção cultural e multicondicionada de seus significados, e que é produzido a partir de duas referências: 1) a matéria prima utilizada; 2) e função destinada. A partir do momento de sua criação, ganha *status* de produto a ser consumido e que poderá ter sua função modificada quando chegar ao público usuário, já que esse mundo “globalizado” torna as escolhas mais livres. Essa é uma das características que fazem com que o artesanato seja uma atividade produtiva, que pode ser utilizada com alternativa para obtenção de renda, em paralelo com outras atividades, ou mesmo, sendo a única.

É devido essas características que as agências que fomentam projetos vêm no artesanato uma forma de inserção dos grupos sociais, no caso específico desse estudo, de grupos rurais, para a inserção em um novo e lucrativo mercado de consumo. Conseguindo renda extra que passa a ser percebido como o principal fator para o desenvolvimento.

No município de Barra de Santa Rosa/Paraíba, a informação acima mencionada torna-se uma realidade concreta, a partir da experiência de criação do Centro Artesanal de Cuiuiú. No ano de 1999 foi elaborado o *Projeto de Implantação de Unidade de Beneficiamento da Fibra de Sisal (Agave sisalana, Perr.) para Confecção de Artesanato na Comunidade Cuiuiú – Barra de Santa Rosa*, através da parceria entre o Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTc PB; a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, o PEASA; o SEBRAE/PB; o Governo do Estado da Paraíba; o CNPq; e a Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa, que implementaram junto aos moradores do sítio Cuiuiú um redimensionamento

na produção da cordoalha³, dando um novo sentido para a atividade, que era realizada por todas as famílias do local, cuja forma de aprendizagem do saber-fazer era transmitida de forma geracional, mas que não se apresentava como uma atividade eficaz para o equilíbrio econômico-social.

O projeto foi escrito para ser direcionado para todas as famílias do sítio Cuiuiú, que totalizam, aproximadamente, 196 famílias, distribuídas em duas áreas, separadas pelo leito de um rio. No entanto, as 110 famílias que moram acima do leito do rio não produzem a cordoalha. Essa atividade é característica das 86 famílias que moram na Cuiuiú de baixo, por isso, na prática, a execução do projeto ficou reduzida a uma área menor do que havia sido especulada no documento original.

As observações *in loco* do desenvolvimento do projeto, possibilitam inferir que durante a elaboração deste, não houve um diálogo franco com as famílias moradoras do sítio e que teriam interesse em participar do projeto, no sentido de que eles pudesse expressar seus objetivos e opinar sobre a implementação do plano de trabalho.

Os moradores, que passaram a ser visto enquanto uma comunidade, se quer foram questionados sobre os interesses em relação ao o que poderia ser trabalhado como potencial para geração de renda. Por isto, não haveria um “consenso” de interesses por parte dos grupos envolvidos no projeto e, por isso, não há clareza do que é desenvolvimento para a comunidade que passa a ser forjada, dado que adquiri visibilidade na não dedicação ou desistência da maioria das famílias de Cuiuiú de baixo às atividades do Centro Artesanal.

O quadro abaixo tenta indicar o distanciamento dessas famílias.

³ Segundo Odilon Silva e Napoleão Beltrão, compreendem por cordoalha *toda a gama de produtos de sisal, incluindo fios, barbantes, cordéis para embalagens e todos os tipos de corda utilizados na agricultura, na pecuária, na indústria e no comércio*. Nesse trabalho, a referência que utilizaremos para o termo é a corda produzida de forma manualmente que tem seu diâmetro que varia de 5 mm a 36 ou 40 mm. Esta espessura mais grossa tem pouca produtividade, pois é destinada a corda produzida para a festividade do Sítio de Nazaré, em Belém do Pará. A maior parte da produção e consumo é a corda de 5 mm. Com o projeto do Centro Artesanal de Cuiuiú, foi investido pelo SEBRAE, a criação de uma tecnologia que pudesse viabilizar a feitura de uma corda com uma espessura bem mais fina, de no máximo 2 mm, que fosse flexível e, ao mesmo tempo, resistente. Só com a criação desta nova corda é que viabilizou a utilização da cordoalha para o artesanato, apresentando uma característica bem mais delicada ao produto final.

Quantidade de famílias	
Ano	Quantidade
2001	43
2006	12
2008	7

Fonte: Atas das reuniões do Centro Artesanal de Cuiuiú

A tabela acima demonstra a quantidade de famílias que participaram do projeto e ao longo de sete anos foram se desvinculando alegando, principalmente, a falta de interesse na nova atividade, pois a produção da cordoalha ainda seria vista como fonte de renda, mesmo não tendo um retorno econômico tão elevado, para os padrões da comunidade, como o do artesanato produzido no Centro.

Esta primeira fonte de renda, mais tradicional – baseada na produção da corda – representaria segurança e garantias para a comunidade, uma vez que possui mercado e demanda certa, já que, ainda hoje, existe a figura do atravessador que, toda quarta-feira, vai a Cuiuiú pegar os fardos de cordoalha para serem vendidos nas feiras da Paraíba e de outros Estados.

Em relação a nova corda, o volume de produção e o lucro obtido com a venda das peças feitas no Centro, não são rentáveis quando distribuídos a uma grande quantidade de famílias, pois, ainda apresenta uma demanda de mercado esporádica e o retorno financeiro só é superior em determinados momentos do ano, já que a venda dos produtos acontecem apenas nas feiras de artesanatos ou trimestralmente ao principal parceiro do Projeto, a rede de supermercados Pão-de-Açúcar. Em virtude disso, mesmo que o retorno financeiro do novo artesanato seja superior na relação custo-benefício, como sua venda e remuneração da atividade, não há demonstrativos que convençam a grande parcela das famílias em se manterem vinculadas ao projeto.

Considerando que as atividades de produção, desempenhadas no Centro Artesanal de Cuiuiú, não apresentam indicadores que consolidem o trabalho lá realizado, por exemplo,

capacidade de absorção da mão-de-obra familiar de parte das famílias da comunidade, dificulta a criação de uma identidade ligada ao local. Percebe-se que a imagem dos atores, e o sentido de pertencimento é atribuído pela cordoalha, ou mesmo, pelo cultivo do sisal.

1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO CAMPO

EMPÍRICO

Quando organizei a primeira viagem a Cuiuiú, em setembro de 2005, acompanhada por técnicos do PEASA, que estavam indo para fazer uma visita ao Centro Artesanal com o intuito de organizar a produção para mais um pedido das peças, algo que me chamou a atenção foi a geografia do trajeto, o limite entre o Brejo e o Curimataú. Segundo Moreira (2002), “o município de Barra de Santa Rosa, aí inserido, é considerado um dos mais secos do Brasil”. É um contraste bem acentuado entre as microrregiões. Iniciando o Curimataú, o pouco de verde que vemos, são os pés de sisal aparentemente bastante antigos, pois apresentam o pendão floral com aproximadamente 2 (dois) metros de altura, o que possibilita estimar que a planta tem aproximadamente 10 anos de idade. Estas são remanescentes de uma época em que o sisal era a cultura mais promissora do estado, em que garantia um ótimo padrão econômico para os proprietários dos motores de desfibramento, o que falam, sempre quando relatam sobre a época, tendo sentimentos saudosistas, e assegurarem que a vida seria outra se voltassem a trabalhar com o sisal como antes.

Contudo, as histórias contadas por aqueles que trabalharam com os motores, que não eram proprietários, não apresentam relatos com tanta demonstração de saudade assim, pois, em suas narrativas sobre o trabalho sempre narram histórias de mutilações de alguém conhecido. Um fato curioso a respeito disto foi que, o benefício dado a mutilados trabalhadores rurais surgiu, no Brasil, em decorrência dos altos índices apresentados nas lavouras de sisal. Um cálculo estimado só existe no estado da Bahia, o maior produtor de sisal

do Brasil, lá estima-se a existência de 3000 trabalhadores mutilados. Já na Paraíba, não há estudos precisos a respeito deste processo (COUTO, 1989).

Enquanto para uns o sisal significou riqueza, para outros restam apenas às lembranças de um trabalho extremamente perverso. Mas, mesmo assim, há uma lembrança da região de forma próspera e isso nos leva a tentar construir em nossa mente, esta paisagem de riqueza em que, hoje, o que vemos são poucos pés de sisal e muita terra ociosa, servindo, na maioria das vezes, como “cemitérios para as carcaças dos animais mortos em virtude da seca”.

Imagino que a época do sisal, poderia ser visto um verdadeiro tapete verde, entre os municípios de Remígio e Barra de Santa Rosa. Pelo menos, aparentava ser uma região mais rica. Hoje, a paisagem é marcada pela seca, castigada pela ausência do plantio, muitas vezes em decorrência da pouca variação pluviométrica. O que vemos é um resquício das plantações de sisal, no decorrer da estrada, com os pés de sisal pouco cuidado, com seus pendões, o que possibilita inferir que se trata de plantas antigas que não houve o interesse de manter o plantio.

Continuando o trajeto, podemos encontrar, em alguns espaços, bodes e cabras criados soltos e que invadem a pista, fazendo com que o dirigir nesse caminho seja mais arriscado. Na verdade, animais soltos na pista é algo que acabamos por considerar comum no Estado, contudo, o que não percebemos é que este fato, possibilita analisarmos a forma como se dá o manejo das criações, na maioria das vezes, de forma extensiva, caracterizada pelo uso de técnicas pouco desenvolvidas, o que leva a uma baixa produtividade.

Atividades como a pecuária extensiva e de pequeno porte, garantem o complemento da renda do agricultor da região, consorciada com o que resta das plantações de sisal. Isto veio a acontecer, principalmente, após o declínio da cultura, em meados dos anos 80, em que, devido ao surgimento das fibras sintéticas, que veio a substituir a cordoalha –

corda fabricada a partir da fibra de sisal, que era, além da comercialização do fardo da fibra, o principal produto feito e vendido pelos agricultores.

Expressões com “*minha vida era outra*”, ou mesmo, “*aquele era que era o trabalho pra se ganhar dinheiro*” são corriqueiras nas falas dos agricultores envolvidos com a produção de sisal, quando esta garantia uma boa renda, apresentando um olhar bastante saudosista ao rememorar o tempo vivido e que ficou para trás. Isto remete a uma comparação entre o que era a paisagem do lugar quando estava coberto pelo “*campo de sisal*” e o que vemos hoje.

Assim que chegamos a Barra de Santa Rosa, nos direcionamos por uma estrada à direita para nos dirigirmos a Cuiuiú, antes chamado de sítio e hoje, sobre influência da inserção do PEASA, chamada de Comunidade⁴. Contudo, não percebem que eles têm interesses e formas de convivência entre si e com os produtos cultivados, ou atividades exercidas de forma bem distinta. Isso é visível desde quando trafegamos pela região, ou temos contatos com os moradores que nos falam sobre suas perspectivas para o futuro, desejos, escolhas, etc.

Relacionado ao sisal, uns escolheram manter o pouco da plantação que restou, e permaneceram trabalhando com algo relacionado ao cultivo e venda do produto. Outros substituíram por outras atividades agrícolas, mas em pequena escala. Ou mesmo, moram na *comunidade*, mas trabalham em alguma atividade relacionada à zona urbana, seja na construção civil, olarias, ou exercendo cargos ligados ao serviço público.

⁴ O primeiro registro de Cuiuiú como Comunidade está presente nos documentos do PEASA (1999).



FOTO 2: Vista da secagem do sisal no terreno em frente a uma casa, nas margens da estrada de terra que leva ao Centro Artesanal de Cuiuiú.

Contudo, em alguns momentos, vemos em frente de algumas residências a fibra de sisal exposta ao sol para secar para, então, serem vendidas ou transformadas em cordas, na tentativa de encontrar um melhor momento para comercialização, e assegure uma renda a mais para os que ainda permanecem com o antigo cultivo, mas em novos tempos e com uma nova infra-estrutura das casas, pois, hoje, está presente a eletrificação rural em todo o sítio, *“conquista que aconteceu nos últimos tempos”*, pois antes, a iluminação era feita a base de candeeiros e lamparinas, como também de cisternas em algumas casas.

Outra coisa que chama a nossa atenção é a presença de cercas, benefício também recente que surge com a criação de um assentamento vizinho ao perímetro do sítio, há cinco anos e, que por isto, trouxe medo as famílias de que aquelas pessoas vindas de fora, invadissem suas terras. No entanto, alguns desses assentados são filhos de moradores do sítio, que conseguiram um pedaço de terra graças a criação do assentamento pelo INCRA, mas que são tratados de forma estigmatizadas como tendo menor valor em uma identidade de pertencimento ao lugar. Na verdade, estes são vistos como os de fora que ameaçam e que tomam terras.

Chegando ao Centro Artesanal de Cuiuiú, construído com recurso do Banco Mundial e do Projeto Cooperar, percebemos que este não é um lugar onde as atividades ocorrem. Quer dizer, os artesãos associados não ficam lá para produzir as peças de artesanato, fazem isso em suas residências e usam o local mais para: 1) reuniões entre os associados; 2) com os técnicos das agências de fomento, principalmente com os do PEASA, que é a agência mais atuante; 3) para receber pessoas que desejam conhecer o projeto; ou 4) para a feitura da cordoalha e solda das estruturas que servem para a confecção do novo artesanato. Essas últimas atividades, só acontecem dentro do prédio do Centro por estarem lá as engrenagens e materiais necessários para a confecção. As demais atividades de confecção, como já dito, não acontecem dentro do prédio.

1.3. A CULTURA DO SISAL EM CUIUIÚ

O sisal, *Agave sisalana*, é um vegetal, com características de regiões tropicais, e pode atingir mais de doze metros de altura, dependendo das condições de cultivo. É originária da região que compreenda pelo sudoeste dos Estados Unidos, o México, a América Central e as Antilhas, podendo ser encontrada, até mesmo, em parte da América do Sul.

As primeiras mudas do sisal tem como registro de chegada ao Brasil em 1903, na Bahia, vindos da região que compreende o México e a Península de Yucatan e EUA, trazidas pelo agrônomo Horáceo Urpia Junior, com o intuito de trazer novas alternativas, produtos agrícolas e tecnologia para serem explorados na região que compreende o semi-árido brasileiro.

Em 1911 são enviadas da Bahia à Paraíba, pelo agrônomo J. Viana Júnior, algumas mudas que tiveram o seu cultivo expandido em decorrência da procura da fibra durante a Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, nas décadas de 40 e 50, existiu um aumento na procura da fibra e seus produtos no mercado interno e isto fez com que o Estado

se tornasse o maior produtor da fibra. A partir da década de 60, a Paraíba perde a hegemonia na produção do sisal, passando a ser o segundo maior produtor (BARROS; CARVALHO; SILVA IN: SILVA; BELTRÃO, 1999).

Nos relatos de moradores⁵, as primeiras mudas de sisal, plantadas em Barra de Santa Rosa, foram trazidas pelo padre Luis Santiago para sua propriedade:

O sisal chega em 1948, trazido pelo padre Luis Santiago. Ele andava muito. Eu acho que surgiu essa *pranta* talvez lá pela Bahia. Eu não sei. Não sei se veio de lá. Mas, sei que foi ele que trouxe o primeiro sisal aqui pro nosso Curimataú. Pra fazenda dele aqui, na Umbáia, por nome de Fazenda Umbáia. Aí foi, né?! É uma *pranta* que, digamos assim, ele *prantou* duas ou três hectares, e de 1948 pra cá faz uns cinquenta e tantos anos, né?! Aí foi o tempo que os outros fazendeiros foram reconhecendo a *pranta* e foram andando e aí, você já sabe, quando há uma notícia assim, estabelece, né?! É igualmente a *pranta* do sisal. Ele começou e os outros, todo mundo foi adquirindo e foi dando uma produção boa, né?!⁶

Devido às condições edafoclimáticas favoráveis do estado, aliadas a uma demanda existente por parte do mercado interno e externo, logo, o cultivo do sisal tornou-se um atrativo para a região, tendo a área de cultivo ampliada a partir dos dois hectares da Fazenda Umbaiá, de Pe. Luis Santiago. Este foi o ponto de partida para a expansão das áreas cultivadas por todo o estado e Rio Grande do Norte.

Essa expansão também foi favorecida pela pouca necessidade de modernização para o plantio, o que favorecia, principalmente, ao pequeno produtor. Mas isso não quer dizer que, já em relação ao beneficiamento da fibra, essa situação vá ser favorável para esses atores.

Para o beneficiamento é necessário ter um motor, conhecido como motor de agave, ou, máquina paraibana, que precisa de um investimento maior para sua aquisição, e que veio substituir os antigos instrumentos, chamados de farracho ou alicate.

⁵ O nome dos entrevistados foi omitido para preservar a identidade deles, já que foi feito um acordo entre eu, enquanto pesquisadora, e eles, entrevistados, de não serem identificandos.

⁶ Extraído de entrevista realizada no dia 19 de setembro de 2006 com um dos moradores de Cuiuiú.

A propriedade desse motor é um dos grandes responsáveis pelo processo de diferenciação social entre as pessoas que vivem do cultivo do sisal. Quem tem sua posse, é responsável pelo controle e beneficiamento de uma maior produção da fibra do sisal, produto mais rentável a ser vendido, adquirindo parte da produção de outros agricultores, ou mesmo, negociando em regime de porcentagem da produção para a autorização do uso do motor.

Um outro fator é que, tendo a posse de um motor, o proprietário tem uma outra possibilidade de explorá-lo como uma outra alternativa de renda, alugando o equipamento para outros produtores desfibrarem o sisal produzido.

Contudo, além de fonte de renda, os motores são responsáveis pela grande porcentagem de mutilados na cultura do sisal, os *mutilados do sisal*. Isso ocorre pela falta de segurança e excesso de trabalho na operação. Na maioria das propriedades, os turnos de trabalho na operação do motor, tem em torno de 10 h/dia por grupo.

Essa máquina, pela sua rusticidade, exige grande esforço dos operadores (puxadores), que trabalham em perfeita sintonia, da seguinte maneira: o primeiro operador segura a folha pela parte apical e introduz a outra extremidade, aproximadamente 60% do seu comprimento, na boca de alimentação da máquina; em seguida, auxiliado pelo segundo operador, inverte a posição da folha e introduz a parte ainda não-desfibrada para completar a operação. Os puxadores utilizam luvas rudimentares feitas de borracha de câmara de ar pneumática para proteger as mãos dos efeitos corrosivos do suco da folha (...).

A fadiga, aliada à falta de segurança da máquina, expõe os operadores a constantes riscos de acidente, o que constitui um dos principais problemas da máquina e da operação propriamente dita⁷ [GRIFO MEU].

Esse também é um dos motivos que têm afastado os trabalhadores do sisal, a falta de segurança no manuseio do motor. Os pequenos proprietários alegam que já existem máquinas mais seguras, no entanto, não são de fácil aquisição, ou porque o seu custo é elevado para um grupo de pequenos proprietários, que não têm capital para investir em sua

⁷ SILVA; CARVALHO; RAMOS, IN: SILVA; BELTRÃO, 1999, p. 76.

produção, ou porque essas máquinas ainda não conseguiram alcançar a mesma produtividade do motor de agave tradicional.

Este fato reflete um dos elementos que contribuem para uma crise no cultivo e beneficiamento do sisal: a fuga de mão-de-obra da lavoura para outras possibilidades de atividade dentro da cadeia produtiva. O artesanato, mais especificamente, a produção de corda, cordoalha, mostrou-se uma alternativa de manutenção do vínculo com a cultura, sem precisar ir para o trabalho árduo no campo. Além do mais, um outro ponto importante, é que a venda da corda, aos atravessadores, é algo ainda certo, mesmo que a um valor bastante defasado, enquanto que, a venda da fibra do sisal, muitas vezes, ainda é incerto.

Apesar das primeiras mudas de sisal ter chegado ao estado em 1911, só em 1937 houve a expansão do cultivo do sisal na Paraíba. Já na Bahia, essa expansão aconteceu a partir de 1930. Ambos os estados tiveram apoio para estimularem a cultura por causa da procura internacional pela fibra de sisal durante a Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, a outras demandas do mercado nacional e internacional, em produtos que iam desde a: produção da cordoalha; passando pela construção civil⁸; a produção de papel; tapetes; sacarias e o artesanato.

Neste período, o Estado da Paraíba era o maior produtor de sisal do país e o maior exportador do mundo. Contudo, perdeu o posto, para o estado da Bahia, em virtude da primeira grande crise que a cultura enfrentou, decorrente dos baixos preços e da queda nas áreas produtivas, na década de 60.

Como existiam poucos estudos para o melhoramento da produção, começaram a aparecer no mercado, sucedâneos sintéticos, cuja matéria-prima é o petróleo e outros elementos, que garantiam uma maior durabilidade e elasticidade das fibras. Com isso, o estado da Bahia que conseguiu encontrar, primeiramente, o equilíbrio entre a oferta e a

⁸ A fibra de sisal é utilizada como isolante térmico em países frios.

procura do produto, investiu em estudos nas áreas de plantio do sisal, conseguindo fôlego para manter a concorrência com os novos produtos que surgiram. Isto não quer dizer que não houve declínio na produtividade. Pelo contrário, o que aconteceu foi que, politicamente, o estado assegurou um maior poder de venda para os seus produtos, diferente da Paraíba, mais especificamente, a região do curimataú, que era o maior produtor dentro do estado, desmotivando a manutenção das lavouras.

Contanto que o sisal no Curimataú durou muito, durou... Agora tá fraco devido isso aí, devido as seca, que nosso Curimataú é muito castigado pelas seca, então o preço no comércio muito baixo né, era muito baixo, era não, é!⁹

Em decorrência dessa crise, parte dos campos, onde eram cultivados o sisal, foram abandonados, vendidos ou distribuídos em pequenas porções de terras entre os membros das famílias do lugar. Estes novos pequenos produtores substituíram as áreas, que antes eram destinadas ao sisal, por outras atividades que pudessem ser associadas com novas culturas e outras atividades, potencializando a pluriatividade das famílias do curimataú ocidental.

Ainda em decorrência do declínio da cultura do sisal na região, parte das famílias de Cuiuiú, principalmente, as que estão estabelecidas na parte de cima do leito do rio, totalizando 86 famílias, encontrou no artesanato, principalmente na produção da cordoalha, subsídios para uma renda de subsistência, que seria complementada pela produção agrícola, porém, estas de baixo retorno e que, segundo o PEASA, não garantia uma renda mínima capaz de assegurar à população que era dependente dela, uma renda capaz de atender às necessidades materiais do grupo, tampouco, assegurar a qualidade de vida.

As demais 110 famílias, que residem na parcela da comunidade que esta localizada abaixo do leito do rio, não apresentaram interesse em fazer a cordoalha. Em praticamente todas as famílias “desta” Cuiuiú percebe-se a migração de membros das famílias pra o sudeste, em busca de atividades que possam garantir uma renda de sobrevivência nos lugares

⁹ Extraído de entrevista realizada no dia 19 de setembro de 2006 com um dos moradores de Cuiuiú.

que estejam morando e que, também, possibilite o envio de uma parte do que recebem, como ajuda de custo para os membros que permaneceram.

Como lembrança do tempo áureo da cultura do sisal, moradores que concentram a maioria das terras da localidade, revelam um olhar nostálgico em relação a produção da fibra, justificando que ainda há a possibilidade de se trabalhar com a fibra, desde que tenha investimento para manter as áreas plantadas

Emmanuela Lins: Quando o cultivo do sisal foi diminuindo no curimataú?

Morador 1: Desde 1965, mais ou menos, pra cá, né?! Foi afacando. De 1965 pra lá não, aqui era muito bom. Logo aquelas época de 1960 choveu bastante aqui. A senhora sabe, quando há um bom inverno aqui no Curimataú aí dá tudo. De 1960 pra cá, faz o que? Quarenta e poucos anos, e vem seca. As seca foram castigando, aí os proprietários foram se esquecendo da produção. Por que se a gente quando morre um pé for plantando um, dois, três, aquilo nunca se acaba, né?! Mas aí, esqueceu, esqueceu, aí vai se acabando. A gente tem uma *pranta*, se agente zelar, ela vai a cima, um pé de *pranta* desse aí. Se eu não aguar na época da seca, ele vai o que? Ele vai morrer! Inclusive o sisal. O sisal ficou pra lá esquecido. A gente proprietário, posso dizer, porque moro no que é meu, então sou proprietário, a gente fomos se esquecendo, as condições foram diminuindo, diminuindo, até que acabou. Uma *pranta* de grande serventia pro nosso Curimataú e porque não dizer, no nosso nordeste todo, né?! A senhora sabe que na Bahia é nordeste, né?! Era, não sei, mas era o lugar do sisal também, porque eles tiveram políticos e a gente, não. Hoje o Rio Grande (do Norte) também tem muito sisal. Tinha. Não sei agora porque nunca mais andei pro Rio Grande (do Norte). Mas hoje aqui na região da gente, o produtor de sisal que a gente conhece é *Lavrigino* (José Virgílio), aqui na Empuêra. Somente, outro não. Ele é rico, tem condições de manter, aí o sisal dele é pra frente.

Morador 2: Lá em Zé Virgínio no mínimo por semana é de 15 mil quilos de agave seco. Ele tira uma média de 30 mil quilos verde por semana, com 15 motor. E tira 16, 17 mil quilos seco, aí um desse, mesmo ele vendendo a R\$ 1,00, mesmo, é 17 mil reais por semana. Ai dá.¹⁰

Com base na fala dos moradores, percebe-se que, hoje, o preço do sisal está melhor do que na década de 1990. Atualmente o quilo do sisal seco gira em torno de R\$

¹⁰ Extraído de entrevista realizada no dia 15 de setembro de 2006 com moradores de Cuiuiú.

1,10¹¹, chegando até a R\$ 1,20. Contudo, esse valor demonstra ser insuficiente para investir na reestruturação e replantio dos campos, que apresentam lavouras antigas, com pés de sisal sem produtividade; no investimento em maquinários, pois, boa parte dos motores e batedeiras se encontram inativos – quebrados por falta de uso e por má conservação; e para investimento em mudas com melhoramento.

Alguns produtores conseguem superar a crise porque encontraram apoio junto a instituições, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, que tem avançado nos estudos com agaves híbridas, e que desenvolvem estudos com agricultores experimentadores, tanto no Curimataú, como no Cariri, do Estado. Esse tipo de incentivo a cultura, ajuda principalmente pelo acompanhamento técnico que os produtores têm, contribuindo para a potencialização da produção e consociamento com outras culturas.

A falta de incentivo de políticas públicas no sisal, considerada como uma cultura de vocação da região, prejudicou, na fala dos moradores, inclusive ao crescimento econômico do Curimataú e, conseqüentemente, do Estado, como podemos perceber no relato abaixo:

Morador 1: Hoje o sisal do Curimataú tá melhor, chegou a valer até R\$ 1,20, né?! Mas isso ainda não é preço. Isso era pra ser, o sisal era pra ser, uma faixa de pelo menos uns R\$ 2,00, mais ou menos. Porque dava pra o trabalhador e dava pro proprietário, né?! Então, aí, os governantes, esses governo anteriores não deram a prioridade, né?! Eu acho, não sei, se eles não conheciam que o sisal dava muita produção, aí não ajudaram o pequeno agricultor, aí foi se acabando, se acabando, até que no nosso Curimataú acabou. A gente podemos dizer que acabou, né?!

Morador 2: Dá muito bem pro pequeno produtor manter o agave dele, o campo dele e pagar os trabalhador com esse preço, né?! E se tivesse uns dez ou doze nas condições de Zé Virgínio na Paraíba, olha aí, o sisal ia a frente. Olhe, pra você ter uma idéia, antigamente, a uns dez anos atrás, saía de Barra (de Santa Rosa) uns 5 caminhões de sisal por dia. Hoje sai um por semana a força, é fraco, né isso?! Tudo culpa dos políticos. O estado tá é pobre, né?!¹²

¹¹ Fonte: EMBRAPA.

¹² Extraído de entrevista realizada no dia 15 de setembro de 2006 com moradores de Cuiuiú.

Como alternativa de sobrevivência econômica dos produtores, ganha força na renda das famílias os membros que são aposentados, ou mesmo, os que foram para outras regiões, em busca de trabalho, e enviam, mensalmente, uma quantia em dinheiro que serve para ajudar nos custos com alimentação e, principalmente, no investimento, de outras alternativas de cultivo, como é o caso do milho e do feijão, quando há períodos de chuva.

Outra alternativa, como já citada, é a produção da corda, mas essa atividade é feita, em sua maioria, por mulheres. Já os homens que permaneceram na região, quando não estão na lavoura, tentam conseguir trabalhos como diaristas nas olarias e carvoarias da região, ou em outros trabalhos esporádicos da construção civil, na cidade. Na falta deles, participam, junto com as mulheres na atividade de feitura da cordoalha. Mesmo assim, até o preço da corda teve declínio.

Emmanuel Lins: E quando enfraqueceu o sisal, como os moradores de Cuiuiú obtiveram renda?

Moradora 1: Olhe, apareceu esse aposento. Uns muitos fica daquele aposento se virando, né?! Principalmente pra comer. Outros, a senhora sabe, esse pessoal do Curimataú, a gente daqui é um povo que gosta de trabalhar, né?! Aí uns vai procurar serviço fora, nos outros cantos, outros uns fazem um carvão, outro faz tijolo, ou vira servente. De qualquer maneira, vai escapando, Aperriado, mais vai, né?! Fia um fio de corda. Hoje a cordoalha acabou também, que acabou os preços. E hoje, a gente pra fazer um moi de corda, já vai fazer pra o que tá. Vem o grandão comprar, né?! Não é como de primeiro que agente fazia dez ou doze moi de corda ia pra cidade, pras feira. Não sabia nem vender e tinha lucro.

O pessoal de Caruarú vinha comprar aqui, de Fortaleza, João Pessoa, vinha de toda a região. Hoje eles levam pra lá (os grandão). Algum pobrezinho, coitado, que precisa, faz um moinho de corda coitado pra ganhar R\$ 2,00. Naquele moi de corda, da pra ir ajudando em qualquer coisa. Pra senhora ter uma idéia, tem um pai de família que ele possui oito filhos, então ele faz dez moi de corda por semana, ganha 20 conto por semana, e aí como tá esse homem? Aqui o nosso Curimataú, aqui da Paraíba, é dos lugares mais sofrido, né?! Devido a isso aí, a gente não tem uma prioridade de nenhum governante que der certo. A gente somos esquecidos.¹³

A situação do artesanato na Paraíba e, posteriormente, em Cuiuiú, passou a ter visibilidade com o Projeto Cooperar, criado em 1997 e financiado pelo Governo do Estado da

¹³ Extraído de entrevista realizada no dia 19 de setembro de 2006 com uma moradora de Cuiuiú.

Paraíba e pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, que se propunha a:

definir, formular e coordenar o planejamento, a execução e o controle das ações direcionadas a provisionar a infraestrutura social e econômica básica as comunidades mais pobres da zona rural, criar oportunidades de geração de renda e emprego para as camadas mais pobres do meio agrícola, visando combater a pobreza rural e suas conseqüências¹⁴.

Uma das ações a serem desenvolvidas era a valorização do artesanato local, como fonte de renda e consolidação de uma identidade local. Esse movimento era influência de ações desenvolvidas em outros países que resignificaram o artesanato para consolidá-lo como alternativa de renda para minorias sociais e comunidades carentes.

¹⁴ Diário Oficial do Estado da Paraíba, 1997.

CAPÍTULO II

2.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ARTESANATO

O artesanato é uma das atividades de produção de bens que marcou o percurso da história da humanidade. Conceituá-lo torna-se bastante difícil, há uma indefinição enquanto sua redução enquanto mero sistema de produção (CARVALHO, 2001) e por, após a Revolução Industrial, haver uma desvalorização econômica do trabalho manual frente a mecanização industrial, a valorização do artesanato passou a ser feita em um movimento contrário à mecanização.

Uma das definições mais usuais do que se compreende por artesanato é a que foi esboçada por Oliveira como sendo “aquelas [atividades] em que as feições características do produto final dependem em grande parte da habilidade do trabalhador. O trabalho pode ser inteiramente manual ou contar com a ajuda de certos instrumentos”¹⁵.

Sob essa definição, ainda existe a análise de que o artesanato contribui para criar uma identidade ligada à cultura popular, em contraponto a uma idéia de erudito e, conseqüentemente, a laços de tradição e pertencimento de um lugar. Este seria um dos motivos para que a atividade artesanal desperte o interesse de instituições que trabalhem na perspectiva de promover e estruturar o desenvolvimento na sociedade.

Podemos analisar como sendo um caso semelhante o que vem acontecendo no município de Barra de Santa Rosa/PB, pois, o artesanato feito a partir da fibra de sisal, é apresentado como uma manifestação cultural de fácil identificação e que viabiliza o seu aprendizado de forma rápida pelos indivíduos da comunidade de Cuiuiú, possibilitando, as famílias que tenham, segundo as agências que fomentam o projeto, um poder aquisitivo baixo, o acesso a uma segunda atividade eficaz para o equilíbrio econômico-social¹⁶.

Neste caso, o enfoque dado aos produtos a serem produzidos não seria a cordoalha, até então, a principal atividade da comunidade, desde que houve a crise da cultura do sisal,

¹⁵ OLIVEIRA Apud. LIMA, 1982.

¹⁶ LIMA, 1982.

mas sim, um novo artesanato que responderia a uma necessidade de um mercado que está em expansão que é o de utensílios para decoração.

2.1.1. O ARTESANATO: USOS E DISCURSOS

Se compreendermos que a identidade, criada para representar uma cultura popular de um determinado espaço, está inserida em um movimento que transita entre o tradicional e o moderno, ela não é estática, ou mesmo, uma representação inerte de uma tradição. Pelo contrário, a todo o momento seus significados estão sendo transformados com a combinação de novas estruturas, objetos e práticas, dando um caráter híbrido à noção de cultura, e nisso, o popular não se extingue, mas ganha novos espaços além dos museus e exposições folclóricas. No nosso caso, o que representa o popular ganha as prateleiras dos supermercados, tornando-se um produto de consumo e que regulariza uma demanda de produção socialmente regulada (CANCLINI, 2005 e 2006).

Para as agências que fomentam um projeto na comunidade Cuiuiú, o trabalho que os artesãos vivenciam hoje revela uma nova ordem simbólica, redefinida por uma lógica do mercado que se distancia do produto vendido nas feiras livres – a cordoalha – e aproximasse do consumidor que vê nesses produtos, um instrumento de preservação de uma determinada memória de um grupo, que está sendo construída tendo seus significados sendo redefinidos ou, em alguns casos, um mecanismo de se sentir próximo a determinadas tradições, preservando-as (CANCLINI, 2005).

A produção e o consumo desses produtos devem ser encarados como uma construção de interesses sociais, que responde as exigências de um mercado que reflete o perfil de consumidores cada vez mais exigentes em relação a qualidade, criatividade e que estejam dentro de uma tendência de consumo. Por isso, há o controle, por parte dos agentes, do que deva ser produzido e da forma que deve ser produzido. A escolha e a criação dos

produtos não são feitas pelos associados do Centro Artesanal, mas por *designers*, cujo saber especializado, possibilita ressignificar e inserir os produtos no mercado global.

O ser artesão ganha uma nova perspectiva. Ele não é mais o profissional que domina todas as etapas de produção. Ele domina uma única etapa, ou elaboração de um único produto, ao mesmo tempo, que precisa dinamizar o manuseio das ferramentas de trabalho e a forma como se relacionam com os compradores. Ferros, soldas, colas, exposições e *stands* passam a ser elementos do seu cotidiano como artesãos, bem diferente do que é praticado no processo de elaboração da cordoalha, em que o seu processo de feitura limita-se à antigas máquinas para o desfibramento, uma roda que auxilia no trabalho de unir os fios e as mãos dos agricultores e a comercialização do produto fica a cargo do atravessador.

Há na comunidade a permanência de antigas e novas práticas, e isto é que assegura o interesses dos atores envolvidos com o trabalho do Centro Artesanal de Cuiuiú em manter um diálogo entre o novo e o velho, sem que práticas sejam abandonadas, nem que aja a dedicação completa a uma atividade que ainda não garanta uma renda permanente e essa atividade do ser artesão, mesmo que resignificada, ganha bases na comunidade que antes via a cordoalha como uma extensão da atividade agrícola.

Entretanto, entendemos que, nesta atividade, fatores sócio-culturais também influenciam na implantação de algum tipo de projeto que vislumbre a assimilação da mão-de-obra, que não é qualificada, em atividades inovadoras. É preciso a identificação dos trabalhadores com a matéria prima a ser utilizada.

Antes da cordoalha, a população rural de Cuiuiú vivia basicamente das iniciativas econômicas provindas do Estado e da União, sendo complementada pelos produtos vindos do cultivo gerados pela agricultura familiar. Mesmo assim, havia um quadro de pobreza elevado, sendo um dos maiores do Estado.

Quando o PEASA/UFCG pensou a implantação do projeto, com base em estudos realizados entre 1997-1998, conseguiu parceiros que investissem na viabilização do projeto, tanto com recursos financeiros como com técnicos que ajudassem na capacitação dos artesãos. A proposta do PEASA tinha como “pano de fundo” minimizar a situação de dependência da população em relação às ações governamentais. Com isto, a proposta consistia em incentivar às atividades artesanais, de modo a garantir a sustentabilidade das gerações futuras e o desenvolvimento local.

Essa atitude do PEASA/UFCG reflete a preocupação que a ciência e a técnica tem tido em relação à noção de Sustentabilidade e de retorno à população do investimento que é feito na pesquisa e extensão dentro das academias.

Marcel Bursztyn aborda essa problemática da seguinte forma:

(...) A comunidade científica, interessada na prática interdisciplinar do ensino e da pesquisa voltados ao Meio Ambiente e Desenvolvimento, se depara com o seguinte desafio: fazer com que seja reconhecida a relevância, validar os esforços e legitimar os espaços de trabalho, no interior do tecido universitário e frente às agências de apoio, fomento e avaliação.¹⁷

Na tentativa de dar funcionalidade ao saber acadêmico, foi introduzido em Cuiuiú o projeto que redefiniu a sua produção artesanal, que antes resumia-se a confecção da corda de sisal. Hoje, são diversos produtos projetados por consultores do SEBRAE/PB e bolsistas de extensão do Curso de Desenho Industrial que passaram a serem conhecidos internacionalmente.

Os produtos são, na maioria, artigos para decoração, como: tapetes, luminárias, revestimentos de paredes, persianas, embalagens, porta-utensílios, entre outros, que são vendidos tanto para grandes redes de supermercados – a principal é a parceria com o Grupo Pão-de-Açúcar, como em feiras e exposições locais e internacionais.

¹⁷ BURSZTYN, 2002, p. 15.

Percebe-se que há a manutenção da produção da corda de sisal, como sendo a atividade principal, mesmo esta apresentando dados, diagnosticada pelos técnicos do PEASA/UFCG e SEBRAE/PB, que comprovam seu baixo retorno econômico em relação ao novo artesanato, produzido a partir da criação do projeto para a construção do Centro Artesanal.

A elaboração do novo fio tem o processo de feitura semelhante a da cordoalha, o que diferencia é a espessura. Enquanto a cordoalha tem um diâmetro mais grosso, a nova corda, projetada por técnicos do SEBRAE/PB, tem aproximadamente um milímetro de espessura e é extremamente flexível, possibilitando ser usada para cobrir toda a armação de metal das luminárias, bandejas, porta-utensílios, etc, ou melhor, como é tratado pelos atores envolvidos, para a feitura dos objetos artesanais.



FOTO 3: Diferença na espessura das duas cordas. Do lado direito a cordoalha, do lado esquerdo a nova corda projetada pelos técnicos do SEBRAE.

2.1.2. O ARTESANATO COMO TRADIÇÃO E ATIVIDADE PRODUTIVA

Essa nova noção de artesanato surge na comunidade como um signo de valorização de uma identidade local, sendo utilizada, pelas agências que fomentam o projeto do Centro Artesanal de Cuiuiú – PEASA, SEBRAE/PB, Governo do Estado, Prefeitura

Municipal de Barra de Santa Rosa, dentre outras – como um dos mecanismos para o desenvolvimento local, propósito este, que foi o que incentivou a viabilidade de implantação do projeto que utiliza uma atividade artesanal como uma forma de obtenção de renda e, conseqüentemente, na lógica do funcionamento destas agências de desenvolvimento.

As novas tecnologias e implementos não são suficientes para criar, ou manter, a identificação dos artesãos com os produtos e com a nova dinâmica do trabalho e este é um dos motivos que assegura a permanência da atividade da produção da cordoalha ainda nos quintais, terreiros e alpendres de Cuiuiú, tendo em vista que, de todos os produtos feitos a partir do sisal, este foi um dos que manteve a venda certa ao longo do tempo. Porém, as agências vêm na cordoalha, um símbolo de atraso da comunidade, por isso não há investimento nessa atividade.

Por tudo isso, há a permanência da produção da cordoalha, mesmo que estejam ligados ao Centro, e isso vai bem mais além de assegurar uma renda que é comparada a uma “poupança”, ou melhor, uma resistência a exclusividade do novo artesanato, por ele ainda representar um risco econômico, como também, nessa resistência, que criam-se mecanismos para a manutenção da produção da cordoalha na comunidade, ou seja, uma manutenção dos símbolos e ritos que arrogam o poder do grupo pela valorização das suas próprias lógicas. Uma vez que, o saber-fazer dos artesãos da comunidade é aprendido através da transmissão geracional do ofício, ou seja, de pai para filho sucessivamente.

Todos sabem, descrevem e compreende a produção da corda: 1) O corte das folhas do sisal; 2) O empilhamento das folhas ao lado do motor; 3) O desfibramento das folhas feita no motor movido a querosene; 4) A pesagem dos fardos para serem pesados pelos proprietários dos motores, para, então, saberem o quanto irão pagar a cada trabalhador pelo dia de atividade; 5) A lavagem das fibras em tanques feito com cimento com água muitas vezes salobra, pois os poços abertos na região apresentaram um alto índice de salinidade e,

como há poucas cisternas e estas são para o uso domésticos, esta água imprópria para o consumo fica sendo utilizada nas cordas; 6) Expôr ao sol as fibras, para serem secadas durante todo os dias; 7) Só então é que os fios da fibra estão preparados para a produção da cordoalha, feita por uma pessoa que conta com o auxílio de outra que fica movendo um mecanismo, feito com um aro de bicicleta em uma base de madeira, que troce a corda enquanto a outra vai fiando.



1ª



2ª



3ª



4ª



5ª



6ª



7ª

FOTO 4: Etapas da feitura da cordoalha.

Após esse processo, todas as quartas-feiras, o atravessador passa nas portas das casas de Cuiuiú e pegam os fardos das cordas feitas, para serem comercializados nas feiras, principalmente de Campina Grande (PB) e Caruaru (PE).

2.1.3. O LUGAR DA TRADIÇÃO: A PRODUÇÃO DA CORDOALHA, COSTUMES E MODOS DE VIDA

É com esta atividade, que a *comunidade* tem a principal fonte de renda, como também algumas possibilidades de sociabilização entre os moradores, que são em sua maioria integrantes de um mesmo núcleo familiar, como também com os que vêm de fora, como o atravessador que faz a venda da corda, ou mesmo, com o dono do motor, responsável para assegurar a matéria prima da cordoalha. Já o atravessador, muitas vezes, ganha a confiança dos moradores por ser o personagem que, mesmo que questionado, garantem determinados benefícios que o poder público não assegura.

Em um lugar onde existem tantos *mutilados do sisal* – os trabalhadores que perderam alguns dos membros nos motores enquanto desfibravam as folhas – quem presta socorro a eles acaba por ganhar confiança e prestígio na localidade. Este é um diferencial que as agências que fomentam o projeto do Centro Artesanal não conseguem compreender, nem mesmo percebem a importância em uma comunidade considerada, através dos índices de desenvolvimento, como sendo carente.

Esses aspectos mais subjetivos passam despercebidos ao olhar das agências que fomentam do Centro Artesanal de Cuiuiú, influenciando na forma como elas concebem o desenvolvimento da localidade, ou, mesmo como elas estendem esse desenvolvimento.

Além de uma interferência nas formas de sociabilidade que existiam entre aqueles que constituem a comunidade, houve a modificação da forma como eles vêem a ajuda da ação de grupos externos na comunidade. Percebemos que um grupo consegue maiores benefícios em relação aos demais, graças a uma maior aproximação, que foi construída com base na troca de favorecimentos, com os mediadores das agências.

Exemplificando isto, há uma reciprocidade de favores entre os atores do projeto – agentes externos e membros da comunidade. Enquanto os primeiros precisam ter entre o seu quadro de confiança, membros da comunidade que façam com que as ações que foram

programadas sejam realizadas da forma que eles acham apropriadas, estes membros reverterem essa necessidade como uma forma de conseguir privilégios perante os demais.

Isto faz com que haja um desgaste em algumas relações existentes em Cuiuiú, afastando membros do Centro por se sentirem prejudicados ou não contemplados com os benefícios da ação.

2.1.4. O ARTESANATO COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA: NOVOS COSTUMES

Na proposta de trabalho do projeto para criação do Centro Artesanal de Cuiuiú, o público alvo a ser atendido seria a comunidade no geral, Uruçu de Cima e Uruçu de Baixo, composta por 196 famílias. Porém, é notório que há o distanciamento de uma parcela da comunidade no quadro de associados, por alguns motivos que podemos indicar: 1) A instalação do próprio prédio do Centro está localizado na estrada de principal tráfego de Uruçu de cima, sendo distante dos moradores de Uruçu de Baixo; 2) Ainda não há o conhecimento claro das ações e da gestão do Centro; e, 3) o fato do não investimento das agências na tentativa de também agregar valor a cordoalha, pois, na lógica de alguns, essa atividade trás menos riscos do que o novo artesanato.

O ganho econômico com o artesanato mais antigo, apesar de ser inferior ao do novo, tem uma regularidade que o segundo ainda consegue e que, na lógica dessas pessoas da comunidade, que não acreditam na viabilidade econômica do projeto, não irá ter, pois esse novo artesanato, que tem o *designer* como o instrumento diferencial esta ligado a um tipo de comércio que tem sua procura temporária. Se ela está em “moda”, ela é bem vendida. A partir do momento em que outros produtos substituïrem o gosto do comprador, as peças produzidas em Cuiuiú serão esquecidas na prateleira.

Um outro fato que é relevante para uma parcela dos moradores e artesãos não considerarem viável, a um longo prazo, as ações do Centro, é a pouca competitividade e

manutenção de estoque que se percebe. Quando há um pedido grande, há riscos de não se cumprir com o compromisso acordado, podendo resultar em perda da clientela.

Moradora 2: A gente até que teve mais de dois pedidos num mês. Mais foi ruim. Foi que nem o Pão-de-açúcar que mandou perguntar o mês trasado se a gente tinha mais peça. Eles abriu outra loja e queria mais peça. No caso a *rente* inda tá com pouco. Pouco. A produção é pouca. Eles mandaram pedir a *rente* vai atender o quê? A gente só pode daqui a mais uns dez dias pra frente, porque e quando a gente tem pra receber deles e comprar mais estoque. Na hora assim, pedindo na hora, pra na hora a gente dizer que sim, a gente tem que dizer não ta pronto, mais pra isso aí ó?! Tu acha que eles não ficam chateado? A comercialização da *rente*, financeira é pouca, ai pega num canto falta noutro. A Elma é quem ajeita essas coisas pra poder não passar aperreio¹⁸.

Os produtos da associação demonstram fragilidades em relação ao cumprimento de pedidos maiores, pois falta capital de giro para as transações de compra de matéria prima. Já a cordoalha, devido a influência do mercado europeu que vem se preocupando em consumir produtos naturais e que sejam produzindo seguindo uma lógica de preocupação com o meio ambiente, está enquadrada no mercado que se abre, mas as agências de fomento dos projetos ainda não perceberam essa possibilidade e não estão abertas para a possibilidade de um outro projeto que venha a dialogar com todas as famílias da comunidade.

Essa seria uma saída, para uma parcela dos moradores de Cuiuiú, para valorizar não só da cordoalha, mas também como do próprio sisal e os demais produtos produzidos a partir da fibra.

2.2. REFLEXÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO

Por muito tempo, o conceito de desenvolvimento esteve reduzido, ao entendimento dos cientistas da área econômica, como sendo uma ampliação nas possibilidades de escolha do ser humano, ou da sociedade que ele estivesse inserido,

¹⁸ Extraído de entrevista realizada no dia 19 de setembro de 2006 com uma moradora de Cuiuiú.

principalmente, no que refere aos fatores sócio-culturais, e que serviam como parâmetros para índices utilizados na graduação das economias de países, em uma ordem crescente para uma decrescente.

Contudo, em seu livro *Desenvolvimento como liberdade*, Amartya Sen (2000), foi um dos cientistas que criticou o reducionismo do conceito, que em muitos momentos era apresentado com referências em bases monetárias e restritas à análise a partir de parâmetros como o Produto Interno Bruto – PIB. Sen discutiu o conceito de desenvolvimento, ampliando a sua representação, como sendo um processo de expansão das liberdades reais que o ser humano pudesse usufruir.

Essa perspectiva de pensar o desenvolvimento contrasta com as essas interpretações que, segundo economista Celso Furtado (1983), analisam o crescimento econômico¹⁹, e não o desenvolvimento, e que tem como principal índice de avaliação o aumento da renda *per capita* dos países. Isso interferirá nos processos sociais, nas políticas públicas destinadas a industrialização²⁰ e nos avanços tecnológicos dos meios de vida da população, que será interpretado como fazendo parte do processo de modernização da sociedade, sendo a referência feita a partir da capacidade de consumo da população, ou melhor entendendo, a renda que o trabalhador destina para o consumo dentro da sociedade capitalista.

É discutindo essa lógica restrita de entendimento da economia, que reduz crescimento econômico com o desenvolvimento, que retomamos o debate de Sen, que percebe

¹⁹ Compreendemos que há várias possibilidades e leituras sobre o crescimento econômico. Contudo, neste trabalho, estaremos analisando a partir da conceituação mais clássica e tradicional que entende e mede o crescimento econômico a partir de sua relação com o PIB dos países, seguindo a lógica matemática: *quanto maior o PIB, maior é o crescimento econômico de um país*. Essa escolha para análise foi feita porque é a perspectiva mais utilizada por governos como referência para implementação de políticas públicas, principalmente, no caso brasileiro. Nessa lógica, é feita uma relação direta entre o aumento da capacidade produtiva e o aumento de possibilidades de renda de um país e isso influenciou no direcionamento de políticas que priorizaram determinados modelos de industrialização e o detrimento do processo de formação educacional que desenvolvessem habilidades críticas nos indivíduos.

²⁰ Em muitos governos, a industrialização é entendido como a economia motriz de um país. Por isso, tanto investimento na área em detrimento de outras, como educação e saúde.

a indica esses fatores de caráter mais econômico, como também sendo importantes, pois garantem acessos a meios que *podem* vir a expandir as liberdades, que são determinadas a partir do acesso irrestrito a educação, saúde e direitos civis, que contribuiria diretamente para a participação efetiva dos indivíduos na política dos países, com uma forte mobilização da sociedade civil em organizações que teriam representatividade nas decisões de políticas públicas, contribuindo, assim, no processo de desenvolvimento da sociedade a partir do aumento da participação política civil e sustentação desse direito. Isso será a construção efetiva da liberdade e, conseqüentemente, do desenvolvimento de uma nação.

Claro que não se pode negar a importância do crescimento econômico como um dos fatores para a análise do desenvolvimento de um grupo social, pois é um dos fatores que está na base para o combate a pobreza. Contudo, é perceptível que é mais eficiente e substancial na redução da pobreza quando há possibilidades do crescimento estar associado com outros fatores mais qualitativos, na esfera social, como o acesso a propriedade de terra e a educação, a redução de conflitos étnicos e de gênero e a participação efetiva nas decisões políticas de um país.

Esses fatores interferem diretamente no direito igualitário entre os indivíduos e, quanto menor for a diferença entre estes, maior será a redução da pobreza, impactando diretamente com o crescimento econômico.

Nesse debate, José Eli da Veiga discute que,

as sociedades com menos desigualdade são as que tendem a crescer com mais rapidez. Menos desigualdade no acesso à propriedade da terra e à educação é, portanto, uma mistura exponencialmente benéfica ao desenvolvimento, já que além de aumentar o efeito positivo do crescimento sobre a pobreza também turbina o próprio crescimento²¹.

E para promover o acesso legítimo a esses direitos da população, é de fundamental importância que o poder público tenha a responsabilidade de perceber as

²¹ VEIGA, 2001, p. 105.

limitações específicas existentes entre os diversos grupos que compõem uma sociedade, planejando e fomentando políticas públicas que possibilitem a inserção e benefício dos indivíduos em suas diferentes esferas sociais.

Como estratégia para essa inserção, Vinod Thomas, então como presidente do BM, defende, em entrevista ao Jornal O Globo (2005)

Outro importante fator que afeta a distribuição da renda são as transferências públicas de recursos – através de programas como a previdência social e outros. Políticas que aumentem o efeito equalizador dessas transferências -- tais como mudanças na alocação de recursos visando transferências direcionadas aos mais necessitados -- contribuem para reduzir gradualmente a desigualdade da renda²².

Nessa discussão, entra em xeque o caráter protecionista que essas políticas podem adquirir, e que, em muitas vezes, é do interesse das agências, governos ou grupos que fomentam projetos, tendo em vista que conseguem um maior controle do público que os projetos são direcionados, havendo um controle maior do cronograma que a ação deve ter e, mantendo o controle das ações, sem que estes, como já foi dito, não interfiram com outros interesses, objetivos ou metas fora do planejado.

Para que estas políticas públicas e projetos tenham realmente como meta o desenvolvimento do indivíduo, é preciso ter a inclusão da sociedade no debate e desenvolvimento dela. Isto quer dizer que pensar o desenvolvimento como liberdade é pensar o desenvolvimento incluyente.

Segundo Ignacy Sachs,

o desenvolvimento incluyente requer, acima de tudo, a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos. A *democracia* é um valor verdadeiramente fundamental (A. K. Sen) e garante também a transparência e a responsabilização (*accountability*) necessárias ao funcionamento dos processos de desenvolvimento²³.

²² THOMAS, 2005, disponível em www.oglobo.globo.com

²³ SACHS, 2004, p. 34.

Tendo isto como uma das metas a serem alcançadas, o entendimento da inserção dos atores dentro do processo a ser construído, seus lugares de atuação e suas referências culturais de identidades de forma clara, há o que vamos entender como sendo o desenvolvimento almejado pelo grupo, o que contribuirá para quebrar e corrigir diferenças econômicas regionais, tendo como consequência, o crescimento econômico.

Um exemplo para essa situação são as comunidades rurais do Nordeste, que demonstram notoriamente a necessidade de redimensionamento dos tipos de ações destinadas ao desenvolvimento de suas localidades, para não colocar em prática mais programas para obtenção de uma renda mínima, ou reduzir a resolução de problemas para a exclusão de minorias sociais a necessidade apenas de estímulo para o crescimento econômico.

Isso fica claro, por exemplo, no relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN²⁴, destinado a encontrar estratégias para políticas desenvolvimentistas para a região.

Nesse documento, há uma clara percepção de como o Nordeste é entendido dentro de uma esfera político-econômica brasileira.

O presente documento compreende uma análise sucinta do problema que representa o Nordeste, no quadro do desenvolvimento econômico nacional, e um conjunto de recomendações concretas que, levadas à prática, poderão modificar os dados desse problema e encaminhar uma solução definitiva do mesmo (GRIFO DA AUTORA)²⁵.

Desde a apresentação existe explícita o tipo de posicionamento nas estratégias de atuação na região. O perfil adotado seria de investimentos pensados para o crescimento da economia da região, que tinha na seca o principal motivo de desvantagem em relação ao centro-sul.

²⁴ O GTDN foi criado em 1956, que funcionava sob a direção direta de um conselheiro nomeado pelo Bando do Nordeste e teve a função de realizar um minucioso levantamento dos problemas regionais e que seria apresentado ao Presidente Jucelino Kubtschek, e este teria os parâmetros para desenvolver ações para a região. Como uma das estratégias, foi a criação, em 1959, da SUDENE.

²⁵ GTDN in. SUDENE, 1978, p. 09.

Os problemas sociais existentes eram em decorrência ao fenômeno climático, que acabava por obrigar a migração para áreas metropolitanas, e como estas não comportavam, havia o aumento dos índices, como por exemplo, de criminalidade.

Como resposta a isso, foram implementados uma grande parcela dos investimentos na industrialização dos centros urbanos, comércio, serviços e a agricultura de grande porte.

O pequeno produtor rural teve pouco acesso a investimentos que proporcionassem uma segurança das suas lavouras. O caráter protecionista e, conseqüentemente, de dependência, foi fortalecido ao longo dos anos e execução desses projetos foi fortalecendo um ciclo vicioso e pouco foi investido na autonomia dessa parcela da população.

As políticas de educação não conseguiram êxitos para o homem do campo, tornando essa parcela da população brasileira responsável pelo maior índice de analfabetismo e o menor tempo em sala de aula, agravando assim, a possibilidade da construção de um olhar crítico e participativo em cima das ações destinadas a eles.

Isso reflete ainda hoje na forma com eles, pequenos trabalhadores rurais, tornando-se – e aceitando, mesmo com estratégias bem próprias de resistência – dependentes por favores de outros e não conseguindo uma autonomia em suas ações. No caso dos artesãos de Cuiuiú, em relação a cordoalha, eles estão dependentes em relação ao preço destinado aos fardos, e em relação ao novo tipo de artesanato, estão dependentes quando não sabem como gerenciar a associação e como planejar os gastos.

2.2.1. AS AGENCIAS DE FOMENTO E O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE: EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Tânia Bacelar (2000) chama a atenção para o fato de que “atualmente as dimensões para as tendências de estratégias de desenvolvimento tentam focar a valorização da esfera local”, enfatizados principalmente após a publicação do documento que sintetizava as ações para o “Farol do Desenvolvimento”, financiado pelo Banco do Nordeste, em que redimensionariam as ações do regional para o territorial, investindo em “eixos de desenvolvimentos” que valorizariam as iniciativas estaduais ou municipais que trariam dentro dos seus projetos, uma lógica competitiva, associada a estratégias empresariais para a inserção dos produtos em um novo modelo de mercado.

Contudo, um problema surge quando estamos falando da região Nordeste. Como o processo de desenvolvimento da região, que surge em meados de 1940 com o estudo do IBGE em que legitima a criação da região e que viam como tendência para desenvolver a região a priorização da propriedade de terra no latifúndio – referência que vem desde o período colonial – e a monocultura da cana-de-açúcar como sendo uma das poucas iniciativas para retirar a região do semi-árido que ficou marcada como sinônimo de seca, sem discutirem que essa característica era de parte área total do Nordeste, e não dele por completo. Este estudo do Instituto fortaleceu a idéia da região-problema e desenhou um quadro negativo que possibilitou a criação de instrumentos que fortalecessem um quadro de dependência de políticas públicas em relação ao centro político do Brasil, mantendo velhas práticas de controle político-econômico.

Este quadro que pensava o desenvolvimento regional foi sendo modificado a partir do início da década de 1970, quando as condições econômicas internacionais começaram a valorizavam o desenvolvimento a partir dos novos paradigmas em relação aos fatores econômicos que fortaleciam a lógica do território em detrimento ao da região. Tudo isto com base na competitividade, o que fez com que surgissem as políticas voltadas a diversificação das atividades, direcionadas a vocação dos lugares.

No caso de Cuiuiú, sua vocação era a atividade artesanal, tendo em vista a produção da cordoalha, feita a partir da matéria prima do sisal, mas, como esse mercado exige produtos cada vez mais competitivos e sofisticados, daí a necessidade de haver um projeto que melhor adequasse a tendência a sua vocação.

Esse mesmo mercado, dinamiza a vivência no mundo rural e influencia para que a agricultura esteja associada a outras atividades, valorizando o que compreende por pluriatividade. O artesanato seria um dos elementos que constituem a pluriatividade para algumas famílias de Cuiuiú, uma forma de transformar a estrutura da agricultura e do espaço rural brasileiro, em torno da unidade familiar, sendo um dos fortes elementos que alimentam os projetos de desenvolvimento sustentável implantados no país, desde a década de 1990 (SCHNEIDER, 2006).

Segundo Sérgio Schneider (2006),

a pluriatividade refere-se à um fenômeno que pressupõem a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção), que compartilha entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família.

Porém, como nos alerta Maria Odete Alves (2002), o debate acerca da pluriatividade não é novo, remonta ao início do século XX com a discussão em torno da atividade agrícola exercida em tempo parcial, das atividades não-agrícolas no meio rural, dos empregos múltiplos por parte dos agricultores e dos membros de sua família, da diversificação das atividades para obtenção de renda, e da *pluriactivity*.

Na década de 1990 os pesquisadores brasileiros investiram na pesquisa sobre o tema por perceberem que esta era uma estratégia de sobrevivência da família camponesa decorrente das mudanças econômicas e sociais que estavam sofrendo, em dois aspectos: 1) o

meio rural brasileiro estar ganhando novas dinâmicas em decorrência da queda na rentabilidade dos principais produtos agropecuários produzidos pelos camponeses e do aumento na produtividade de uma pequena parcela de agricultores que conseguiu investir em novas tecnologias o que acarretou a queda na oferta de empregos; 2) e, como houve a emergência de novas atividades em decorrência da modernização tecnológica na produção, muitos camponeses não tiveram condições de investirem nessa nova lógica de produção, por isso, se viram coagidos a criarem novas estratégias para a permanência do campo, e a dedicação em outras atividades foi uma solução encontrada (WANDERLEY, 2006).

Sobre influência dessa discussão, uma das preocupações que surgem é de tentar perceber se há êxito das ações propostas pelos agentes fomentadores em relação à comunidade, principalmente, pelo fato de que, assiste-se no Brasil, uma crise dos projetos que tem como prerrogativa de existência a busca pelo desenvolvimento de um determinado local, pois, estes surgem de iniciativas de terceiros, que não conhecem as necessidades dos atores que serão beneficiados, fazendo com que estes não se identifiquem com os projetos e que haja evasão e desmobilização em pouco tempo. Um outro ponto, em relação a esses projetos, é que, como em sua elaboração não consta a participação da comunidade, os interesses locais, valores e potencialidades, são ignorados, por isto, mesmo no início, os projetos já se apresentam ineficientes e seus recursos acabam por ser exclusivamente assistencialistas, não trazendo os benefícios que assegurassem bases para o desenvolvimento.

Ao fazer uma análise sobre um dos projetos fomentados pela *Fundação Associação Voluntários para o Serviço Internacional – AVSI*, Ana Lydia Sawaya também levanta essa questão sobre a eficácia desses projetos, em relação ao desenvolvimento local e, mais adiante, revela a fragilidade do apoio governamental a essas ações, com base nas políticas públicas que legitimam a atuação para a mudança de uma determinada situação econômico-social.

Segundo a autora,

todo o desenvolvimento do projeto parte da avaliação e conhecimento detalhados da comunidade. Um dos principais problemas que temos no Brasil para a construção de políticas públicas eficientes é a falta de conhecimento de como conhecer a realidade (SAWAYA, 2006, p. 135).

Isto quer dizer que, esta ineficiência parte do não uso de uma metodologia adequada desde a construção desse projeto e sua implantação até a criação das políticas públicas. Como elas se resumem a criação de estruturas físicas e aumento de renda, em sua maioria influenciadas por uma lógica urbana, os aspectos subjetivos não são contemplados, desde a preocupação na manutenção da unidade familiar, a identificação da atividade profissional, o acesso a saúde e educação e os laços de pertencimento local, por isso, ficam mais fácil a pouca participação e o abandono dos atores aos projetos.

Esta evasão pode ser uma forma de haver a preservação do patrimônio imaterial dos atores, que está ligada a sua identidade cultural e as suas tradições. As ações governamentais e políticas públicas implementadas em uma determinada localidade, com o objetivo de aumentar a renda da população e reverter um quadro de déficit na qualidade de vida, com base em índices criados como instrumentos de análise do quadro sócio-econômico das localidades, e que passaram a serem representadas com base em estudos e perfis para cada região do País. No entanto, percebemos que esses índices quase sempre não abordam aspectos importantes da cultura local, do espaço que parte o estudo, e que interferem nessa noção de qualidade de vida para os moradores.

Esta discussão tem como ponto de partida para o seu debate a forma como a própria região e as necessidades de sua população são vistos pelas instituições e, até mesmo, a forma como os seus discursos são materializados. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Jr:

(...) a região se institui, paulatinamente, por meio de práticas e discursos, imagens e textos que podem ter, ou não, relação entre si, um não representa o outro. A verdade sobre a região é construída a partir dessa batalha entre o visível e o dizível. O

que emerge como visibilidade regional não é representado, mas construído com a ajuda do dizível ou contra ele²⁶.

Seguindo essa lógica, concluímos que aquilo que o poder institucional entende como prioridade para a qualidade de vida, nem sempre é o que almejam os moradores dos territórios onde são implantados os projetos.

Mesmo demonstrando a diversidade de interesses, os artesãos rurais de Cuiuiú apresentam a necessidade de resistir ao que é imposto, criando táticas para manter suas tradições, mas, sabendo, como nos alerta Nazareth Wanderley (2004), que “os que ‘passam’ pelo meio rural deixam suas marcas, especialmente, (...) outros agentes que, mesmo sem residir no campo, também atuam nos processos econômicos e sociais que têm como lócus o meio rural”, no caso deste estudo, as promotoras do projeto.

2.3. A PRODUÇÃO ARTESANAL EM CUIUIÚ: NOVOS PROJETOS E ANTIGAS PRÁTICAS

Nestor Garcia Canclini ajuda a compreender como essa atividade esta sendo fortalecida nos espaços da América Latina, que tem com base econômica a agricultura familiar, e que estão entre o ser moderno e a o de um ser que vivencia uma modernidade tardia, expressada necessidades que foram construídas por políticas de reestruturação econômicas, direcionadas ao mundo rural, em consolidar um caminho para a esfera do progresso, com noções desenvolvimentistas.

Nunca houve tantos artesãos, nem músicos populares, nem semelhante difusão do folclore, porque seus produtos mantêm funções tradicionais (dar trabalho aos indígenas e camponeses) e desenvolvem outras modernas: atraem turistas e consumidores urbanos que encontram nos bens folclóricos s signos de distinção, referências personalizadas que os bens industriais não oferecem (CANCLINI, 2006, p. 22).

²⁶ ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 46.

Conclui-se que a revalorização no consumo do artesanato tem despertado o interesse das instituições que elaboram projetos para comunidades por projetos cujo foco é o artesanato, como carro-chefe para promover o desenvolvimento na sociedade, em particular na Paraíba. Estratégias desenvolvimentistas não são recentes na história do Brasil.

2.3.1 AS ESCOLHAS E OS RISCOS: EM BUSCA DE QUALIDADE DE VIDA

Na parcela de cima de Cuiuiú, os moradores indicam que não há tanta migração para os grandes centros como na parcela de baixo, pois eles preferem assegurar uma renda mínima com o fazer da cordoalha, ou, mesmo, utilizando outros meios, como a participação no Centro Artesanal e o trabalho no novo artesanato para conseguirem sobreviver no local.

Segundo eles, há menos riscos do que “tentar a vida em um outro lugar”.

Essa escolha de permanecer no lugar e aceitar as novas formas de trabalho não devem ser resumidos simplesmente a uma “escolha racional”. A escolha que está sendo feita por essa parcela da comunidade, a de permanece no lugar, fazendo a cordoalha e investido na atividade do Centro Artesanal, é bem mais complexa, pois essa escolha é guiada pelo resultado da ação que se pretende alcançar (ELSTER, 1994). Para isto, é levada em conta, pelas famílias de Cuiuiú, a experiência vivida até então, referencializando-os nas decisões a serem tomadas e que tenham a maior probabilidade de darem certo. Por isso, nesse estudo, uma das preocupações que deve ser focalizada é a em relação ao aporte teórico, que precisa abranger essas particularidades do lugar, em que múltiplas experiências são vivenciadas pelas famílias da comunidade e que revelam esses interesses e escolhas.

Quando os moradores de Cuiuiú, que tomaram conhecimento do projeto, aceitaram a instalação do Centro e a participação das famílias da comunidade, eles estavam ponderando acerca da segurança em que esta experiência poderia ter em relação dos riscos em sair para

um lugar desconhecido e que, em muitas vezes, precisam voltar porque não conseguiram o que almejavam.

Mesmo que a experiência desse errado, mas eles estariam em um lugar conhecido e que possibilita a participação das famílias da comunidade em uma atividade que asseguraria algum tipo de renda. Seguindo esse raciocínio, podemos compreender a fala de Jon Elster, em que diz que

a teoria da tomada de decisões sob risco aconselha as pessoas a maximizarem a utilidade esperada. (...) Nesse caso o tomador de decisão é solicitado a apoiar-se em suas *probabilidades subjetivas* ou, em linguagem menos solene, em seus palpites informados (1994, p. 44).

Esta escolha, por parte da comunidade, também foi assegurada porque havia o interesse de alguns dos membros da “grade família”²⁷ de Cuiuiú, que se tornaram líderes dentro do projeto, e que encontraram nessa aproximação com instituições a possibilidade de obtenção de alguns benefícios que estavam interessados, desde acesso a comunicação e eletrificação a recursos destinados a construção de cisternas. Isso estimulou a este grupo de investirem seus esforços no projeto, de cunho empreendedorístico, disseminando aos que se enquadravam em seus interesses, estimulando a mudança e inovação do fazer corda na comunidade.

Veiga (2005) chama a atenção para o papel que esses líderes exercem, chamando a atenção que

são os empreendedores os principais agentes da mudança econômica, pois são eles que geram, disseminam e aplicam as inovações. Ao procurarem identificar as potenciais oportunidades de negócios e assumirem os riscos de suas apostas, eles contribuem tanto para um maior uso dos recursos disponíveis, quanto para a expansão das fronteiras da atividade econômica.

²⁷ Essa parcela da comunidade se caracteriza e diferencia da outra, a Cuiuiú de baixo, pelo fato de existir uma única família original, a partir da qual as demais famílias se ramificam.

Isto não significa que houve a aceitação de todos da comunidade pelo projeto. Pelo contrário, há aqueles que vêem risco no novo empreendimento, por esse poder ser uma reprodução de experiências que não deram certo, como o caso do artesanato com o macramé, e alegam que da mesma forma que o primeiro teve seu momento de venda e depois de declínio, o novo artesanato também corre o risco de ter a mesma trajetória. Por isso, se é para agregar valor a um produto, poderia ser pensado de encontrar outras formas de valorização para a produção da cordoalha, tendo em vista que, de todos os produtos feitos a partir do sisal, este foi um dos que manteve a venda certa ao longo do tempo e, agora, com o interesse de países em consumirem produtos ecologicamente corretos, e a cordoalha não agredir ao meio ambiente, este fator poderia ser um diferencial na valorização e comercialização da corda. Contudo, não há o interesse das agências, SEBRAE/PB, PEASA e Governo do Estado, em investirem nesse aspecto e tentarem revitalizar o comércio da cordoalha em escala de importação.

É com esta atividade, que a *comunidade* tem a principal fonte de renda, como também algumas possibilidades de sociabilização entre os moradores, que são em sua maioria integrantes de um mesmo núcleo familiar, do tipo parentela, como também com os que vêm de fora, como o atravessador que faz a venda da corda, ou mesmo, com o dono do motor, responsável para assegurar a matéria prima da cordoalha. Já o atravessador, muitas vezes, ganha a confiança dos moradores por ser o personagem que, mesmo que questionado, garantem determinados benefícios que o poder público não assegura. Em um lugar onde existem tantos *mutilados do sisal* – os trabalhadores que perderam alguns dos membros nos motores enquanto desfibravam as folhas – quem presta socorro a eles acaba por ganhar confiança e prestígio na localidade. Este é um diferencial que as agências que fomentam o projeto do Centro Artesanal não conseguem compreender, nem mesmo percebem a importância em uma comunidade tão carente.

É com base no que foi visto nas visitas a Cuiuiú e descrito, mesmo não sendo possível reproduzir a riqueza dos fatos e singularidades do cotidiano dessas pessoas, percebo alguns aspectos contraditórios em como as agências de fomento de criação do Centro Artesanal de Cuiuiú concebem o desenvolvimento da localidade, ou, mesmo como elas estendem esse desenvolvimento.

Além de uma interferência nas formas de sociabilidade que existiam entre os membros da comunidade, houve uma transformação na forma como eles vêm a ajuda da ação de grupos externos na comunidade. Percebemos que um grupo consegue maiores benefícios em relação aos demais, graças a uma maior aproximação, que foi construída com base na troca de favorecimentos, com os mediadores das agências.

Outro motivo que causa o distanciamento da grande maioria das famílias da comunidade no quadro de associados, é o fato do não investimento das ações das agências na tentativa de também agregar valor a cordoalha, pois, na lógica de alguns, essa atividade trás menos riscos do que o novo artesanato, financiado pela parceria PEASA-SEBRAE/PB-Governo do Estado.

2.3.2. RESPONDENDO AO MERCADO: PRODUTOS E VALORES

O ganho econômico com o artesanato mais antigo, a produção da corda vendida aos atravessadores, apesar de ser inferior aos produtos feitos no Centro Artesanal, tem uma regularidade que o segundo os moradores que priorizam à produção da corda que torna sua comercialização viável. Na lógica dessas pessoas a viabilidade econômica do projeto do Centro não é consolidada, pois, esse novo artesanato que tem o *designer* como o instrumento diferencial, é destinado a um mercado que é caracterizado pela transitoriedade dos produtos. Se ela está em “moda”, ela é bem vendida. A partir do momento em que outros produtos

substituírem o gosto e prioridade do comprador, as peças produzidas em Cuiuiú serão esquecidas na prateleira.

A cordoalha, devido a influência do mercado europeu que vem se preocupando em consumirem produtos naturais e que sejam produzindo seguindo uma lógica de preocupação com o meio ambiente, está enquadrada no mercado que se abre, mas as agências de fomento dos projetos ainda não perceberam essa possibilidade e não estão abertas para dialogarem com todas as famílias da comunidade.

Essa seria uma saída para valorizar não só a corda, mas também como do próprio sisal e os demais produtos produzidos a partir da fibra.

CAPÍTULO III

Penso que neste trabalho o mais difícil foi tentar entender como as narrativas podem ter distintos significados. A inserção do Centro Artesanal de Cuiuiú dentro daquele do sítio vem gerando conflitos de diversos e entre os diferentes atores envolvidos no processo – comunidade (grupo), família (unidade doméstica), agências (instituição) e técnicos (sujeitos portadores de conhecimentos especializados). Tais conflitos remetem a divergências que afetam tanto os que estão inseridos diretamente dentro do novo processo de transformação do trabalho artesanal, como, também, aqueles que tentam entender o que acontece dentro da Associação. Afinal, para estes, que não participam do projeto, a transformação da cordoalha em um produto mais fino, para além daquele fardo bruto, vendido na feira, ou entregue ao atravessador há anos, *não da certo. É coisa de moda. Vai passar*²⁸. Já para os demais, que são associados, a experiência no projeto trouxe novas perspectivas de comercialização dos produtos oriundos da agricultura e dos produtos confeccionados a partir do sisal, desde que haja um investimento na melhoria do aspecto e um direcionamento para o público consumidor adequado. Estes perceberam ser possível criar estratégias para venda do produto de acordo com as demandas dos mercados apropriados, consolidando experiências e produtos que podem dar certo na comercialização e obtenção de renda.

Para entender esses posicionamentos, tentarei descrever a participação de cada grupo de atores envolvidos.

3.1. A COMUNIDADE

Desde 1997, agências e técnicos externos a Cuiuiú elaboraram estudos com o intuito de pensar o redimensionamento das atividades agrícolas na localidade. Mas, só em 1999, com a elaboração do projeto para beneficiamento da fibra de sisal, sob a coordenação do SEBRAE/PB e do PEASA, que pretendia desenvolver novas tecnologias a serem utilizadas

²⁸ Extraído de entrevista realizada no dia 20 de setembro de 2006 com uma das moradoras de Cuiuiú.

para a produção da corda de sisal e os possíveis produtos a serem elaborados a partir dela, os artesãos da localidade foram convidados a participar do Centro Artesanal e para efetivar esta participação necessitavam fazer cursos, treinamento para capacitação. Nestes, os moradores do sítio aprenderiam novas técnicas de trabalho, bem como um novo processo de produção.

Nas primeiras capacitações, o foco principal era a discussão sobre a forma de trabalho coletivo, um arranjo novo, mas que as famílias teriam necessariamente que vivenciar. O objetivo desta iniciativa era a estimulá-las, ou, como assinala Marx, “despertar a emulação entre os indivíduos e animá-los”²⁹. Isto faria com que os moradores entendessem que, a partir de então, eles teriam outra lógica na jornada de trabalho, diferenciada da produção da cordoalha e do trabalho na agricultura, com a exigência de cumprir prazos e pedidos para *honrar* os contratos com os compradores. Melhor dizendo, eles teriam que atingir metas de produtividade, em uma nova jornada de trabalho coletiva, que usaria a mão-de-obra não só da família, mas de todos os envolvidos no processo. Ou seja, este pacote de inovações traz a tona novas formas de sociabilidade no trabalho, divergindo da sociabilidade desde sempre vivenciada pelas famílias de Cuiuiú.

Conforme assinala um dos técnicos do projeto:

antes eles trabalhavam isolados, hoje eles trabalham em grupo, lógico, com todas as discussões e problemas que podem acontecer na construção de uma cooperativa. Mas, hoje, eles têm uma divisão de tarefas. Vêm que o trabalho de um também depende do trabalho do outro. Que o trabalho bem feito de um, influência no seu trabalho bem feito³⁰.

Contudo, durante o período que permanecemos na comunidade percebemos que, na prática essa afirmação não encontra respaldo, pois o trabalho da cordoalha é uma atividade que envolve toda a família e, esporadicamente, outros moradores de Cuiuiú, não sendo executada de forma individual. Transparece aqui, o não conhecimento dos técnicos

²⁹ MARX, 1982, p. 378.

³⁰ Entrevista dada em março de 2006.

envolvidos no projeto acerca da dinâmica do trabalho com a corda, anterior da sua inserção no local, já praticado pelas famílias. De certo modo, é possível inferir que essas relações não foram respeitadas, por falta de conhecimento desses novos atores – os técnicos.

Sempre existiu uma forma de trabalho cooperado com a cordoalha, marcado por laços de confiança do próprio grupo familiar. Essa análise do técnico acaba sendo feita a partir do seu desconhecimento dessas relações de trabalhos existentes anterior a sua presença no local. Faltou nesse contato com as famílias que iriam participar do projeto uma pesquisa de como eram as formas de trabalho existentes no local, através do diálogo com os artesãos para eles pudessem entender como estavam constituídas as relações de trabalho em Cuiuiú.

Outro elemento que denota a imposição de uma nova sociabilidade foi a internalização da categoria artesão como elemento de identificação dos indivíduos (agricultores e agricultoras) ligados ao projeto. Os moradores de Cuiuiú, a partir da chegada, do projeto na comunidade, estes seriam tratados como artesãos do Centro. Importar destacar neste ponto que a adoção de uma nova categoria de auto-referência - o artesão implicava também, a incorporação de um novo jeito de lidar com a corda e, conseqüentemente, no desestímulo às práticas tradicionais de produção da cordoalha, marcadas por uma forma cooperação que ia além do grupo familiar.

Outro aspecto a ser abordado era o interesse dos moradores de Cuiuiú em participar do Centro Artesanal. Observamos que na medida em que o projeto foi apresentando resultados positivos, retorno econômico com a produção dos novos artefatos, o interesse das pessoas crescia. Porém, nunca houve uma aceitação em massa, nem mesmo pela maioria. Contrariamente, apenas 86 famílias, que moram na parte de cima do rio, participam do Centro, contradizendo as expectativas dos técnicos, ligados às agências responsáveis pela implantação do projeto, cujo objetivo primeiro era envolver grande parte dos moradores de Cuiuiú.

Em reportagem publicada no *site* do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, é divulgado:

São mais de dez horas diárias de dedicação, e a produção mensal de cerca de 800 peças. O resultado? A transformação da fibra do sisal, conhecida como agave, em produtos de decoração e utilitários e geração de renda para 86 famílias de agricultores familiares de Cuiuiú, comunidade do município de Barra de Santa Rosa, no Agreste da Paraíba³¹.

As demais 110 famílias, que residem na parcela da comunidade que esta localizada abaixo do leito do rio, não demonstraram interesse em fazer a cordoalha e é perceptível que, em praticamente todas as famílias “desta” Cuiuiú percebe-se que houve migração dos membros das famílias, especialmente dos filhos homens para a região sudeste, em busca de emprego e renda para ajudar na sobrevivência dos que ficaram e para se auto-sustentar.

Na parcela de cima de Cuiuiú, os moradores afirmaram que não houve muita saída das pessoas para os grandes centros, como ocorreu na parcela de baixo. Segundo os informantes da própria comunidade, talvez, a permanência das pessoas no lugar possa ser explicada exatamente, porque os moradores desta Cuiuiú consideram que é melhor ganhar pouco fazendo a cordoalha, ou, mesmo, participando as atividades - no novo artesanato, no Centro Artesanal, a aventurar-se em outros mundos.

Percebendo essas nuances nas relações locais, fica claro que o envolvimento do número reduzido de famílias no projeto revela uma contradição na própria noção de Comunidade utilizada pelas agências ao fazer referência ao local. Na realidade é mais coerente falar de duas Cuiuiús, cada uma com sociabilidades, características econômicas e sociais totalmente distintas. As inovações que ocorreram, a partir do trabalho com o artesanato e fez aflorar ainda mais os embates e diferenças entre os moradores de Cuiuiú.

³¹ Fonte: <http://www.mda.gov.br>

Em outras palavras, a inserção de apenas uma parcela da “comunidade”, mais precisamente, a que fica próxima a edificação da Associação, acaba por favorecer a imagem para os outros moradores, que estão de fora, de que *o projeto foi feito para o grupinho*³², causando alguns conflitos entre eles – associados e não associados – e desarticulando a convivência, o que acaba por prejudicar outras atividades que eles têm em grupo, como por exemplo, a venda da cordoalha.

3.2. AS FAMÍLIAS

Mesmo entre as famílias que participam do projeto, não é unanimidade os benefícios que foram trazidos pela inserção dessa nova forma de trabalho.

A implantação de um projeto sempre implica um contato com técnicos, discursos e uma série de arranjos novos. Estes introduzem em localidades mais simples novas formas de sociabilidade e novas regras de convivência. Além do estranhamento causado pelo novo tipo de atividade, o pacote de inovações que chegaram a “comunidade” junto com o projeto moldou as posturas dos indivíduos e transformou o cotidiano das famílias dando visibilidades a uma série de projetos em disputa, especialmente entre pais e filhos, como se pode observar na situação que será descrita a seguir:

A mãe de uma das garotas que trabalha no projeto alega que, o comportamento da filha tem mudado bastante depois que ela começou a trabalhar na associação, por vezes, a filha toma atitudes que não condizem com os “padrões”, considerados corretos no lugar.

Emmanuela Lins: Mas, o que a senhora achou de melhor com a vinda da associação?

Moradora 3: Eu não to dizendo, não tem nada não. Isso só vem pra desarrumar família. Se eles ganham um tostão a mais, não vai adiantar prá dentro de casa não. Vão é comprar moto e irem beber e ninguém que mais ir trabalhar. As mulheres vão ser (...). Eu já não posso mais com as minhas. Ela antes não ia pras festas não, porque o pai e eu não deixava e nem dava dinheiro. E agora, quando ela recebe o dinheiro, vai é pras festas e bebe

³² Extraído de entrevista de um morador de Cuiuiú que, atualmente, não participa da Associação.

também. Você não viu? E olha... a queda foi por bebida. Ela ficou bebendo e não se aprumou na volta. Eu cuido, mas já disse que foi porque ele (o pai) não ficou com o dinheiro. Agora, ou fica com ele pra ajeitar o feijão, ou ela sai.

Emmanuel Lins: Quando ela recebe da associação, ela contribui em casa?

Moradora 3: não. O combinado foi de Duda arrumar a terra. Mas, dessa vez ele deixou Elma dar o dinheiro pra ela. Ai ela comprou o DVD e gastou tudo com roupa pra festa. O que sobrou ficou pra festa. A gente não comprou o arame não.

Emmanuel Lins: A senhora acha que eles sabem gastar o que ganham com o trabalho na associação?

Moradora 3: Ela sabe é cair da moto. E ficar preguiçosa. Nenhuma trabalha mais comigo não. Eu é quem to agüentando humilhação pra pegar os remédios. E toda vez que vou lá falam da candidatura dele.

Na mesma casa, a situação é vista de outra forma por outro integrante que também participa do Centro,

Emmanuel Lins: E o artesanato gerou melhoria?

Morador 2: Melhorou, exatamente, porque aqui tem em torno de 20 pessoas, aqui dentro... ganhava mixaria e não dava nem pra se vestir e hoje... lá em casa mermo tem duas, essas duas menina minha, eu num me preocupo com elas, é tanto que elas hoje ajudam em casa, elas compraram já sofá, estante, tudo pagando a prestação com dinheiro daqui. Muitas coisas eu boto a comida dentro de casa e vou ajeitando uma coisa e outra e elas também ajeitando. Tem uma que ta se ajeitando pra casar... pronto quer dizer que isso aqui era tudo no espinhaço da rente , agora hoje ta comprando as coisinha dela, ela merma, através de que, através do artesanato, se num fosse? Onde era que eu ia tirar? Era difícil a situação aqui, mas agora...

O que faz a diferença é a forma como as pessoas que participam das atividades percebem a renda, obtida como artesão. No primeiro caso, logo após receber o pagamento daquilo que fora adquirido com a venda dos produtos, a garota artesã gastou o dinheiro com objetos e outros bens de uso pessoal, considerado supérfluo, pela sua mãe, tendo em vista que a família tinha feito outros planos para o dinheiro que seria percebido pela filha, como a melhoria do roçado para o plantio. Investir no roçado, talvez, não desse retorno financeiro para o grupo, mas no imaginário simbólico do grupo familiar. Investir e fazer benfeitorias na roça são ações, certamente, mais seguro para a sobrevivência dos membros da família.

Já para o pai, que trabalha junto com as filhas no Centro, o dinheiro é sim bem empregado e o fato das filhas terem se autonomizado, no sentido de decidirem como empregar o que recebem pelo trabalho delas, é algo positivo. Pois, cria nelas um senso de responsabilidade. Mas, percebe-se que essas atitudes autônomas das filhas em relação aos pais, foi sendo moldada com a convivência e comparação com outras formas de posturas percebidas a partir do diálogo aberto entre membros da comunidade e atores externos a elas.

Outro ponto a ser discutido é que, em ambas as falas, foram dadas como prioridade para usar a renda obtida pelos integrantes da família com o artesanato, à melhoria da infra-estrutura doméstica e a volta do trabalho agrícola.

Por mais que eles valorizem a nova forma de trabalho, e atestem que esta trouxe melhorias materiais para suas vidas, na prática, constata-se que o investimento na atividade agrícola é bem superior aos investimentos feitos em outras atividades. No cotidiano das famílias do lugar observamos que a valorização das atividades agropecuárias está associada à relação desta com a história local, principalmente, aos tempos do plantio do sisal e a feitura da cordoalha. Segundo as famílias, as situações experimentadas com a agricultura são indicadores de confiança, seguridade e perpetuidade muito importantes para a manutenção do grupo familiar.

Emmanuela Lins: E quando *o seu marido* recebe, ele ajuda na casa?

Moradora 3: Dessa vez ele ganhou pouco. O que ganhou comprou de fibra. Não estamos devendo a ninguém. Esse cento vai ser todo lucro.

Emmanuela Lins: Então, o que *o seu marido* ganha vai todo para a cordoalha?

Moradora 3: Se só der para isso, é. Mas ele comprou a moto com o dinheiro de lá. Comprou a geladeira e faz a feira.

Talvez isso se dê pelo fato da produção da cordoalha e a renda obtida através desta, serem permanente, mesmo, com já discutido no Capítulo I, que esta seja menos valorizada em função do retorno imediato. E quando os integrantes das famílias são

questionados sobre novas possibilidades de fontes de renda, sempre entra em questão, o uso das técnicas de valorização do artesanato na hora da venda, poder ser usado em relação a cordoalha.

Entre as famílias que participam do Centro, não se discute a saída do projeto da “comunidade”. O desejo e a expectativa dos grupos de famílias envolvidas é que as agências passem a fomentar a venda da cordoalha, através de um amplo trabalho de divulgação, ou aperfeiçoando os canais de comercialização etc. Assim, a atividade poderia ter um retorno maior. E como é uma atividade mais antiga, teria uma maior segurança para as famílias de Cuiuiú e o número de participação seria maior.

Representantes de famílias que não estão inseridos no projeto levantam a hipótese de participarem do Centro caso essa estratégia fizesse parte das ações das agências que fomentam. Isto garantiria uma maior seguridade nas ações de vendas dos produtos que são elaborados lá, pois a cordoalha tem um caráter de remuneração com uma temporalidade já definida, diferente do artesanato que é sazonal, fragilizando a justificativa para participação no Centro.

Morador 4: Lá não tem futuro porque só ganha dinheiro de tempos em tempos. Não é toda semana, não. Nem todos os meses. Se fosse feito salário, até que ia ser bom. Mas eu é que não vou deixar as meninas trabalhando direto pra ganhar um tostão não sei lá quando. E se ganhar, né?! Porque se você erra e faz errado, aquela peça você já perdeu. Foi tempo em vão. Não ganha nada. (...) A corda tem ganho toda semana. Se pegam hoje, quando vem pegar de novo, na semana que vem, já me pagam o que ta me devendo. É garantido. (...) Se melhorasse o preço (da cordoalha) não tinha ninguém que quisesse fazer outra coisa. Eu só ficaria com o roçado e com as meninas fazendo cordoalha.

Emmanuela Lins: Mas, o que suas filhas ficam fazendo quando estão com tempo vago?

Morador 4: Menina, serviço não falta em casa, não. Agora mesmo, quando chegam da escola, vão assistir a TV e debulhar feijão e um pouquinho de fava que eu colhi pra eu vender na feira.

Emmanuela Lins: E o menino, ele fica fazendo o quê?

Morador 4: Ele me ajuda e tem umas criação dele mesmo. Ele ta me ajudando nessa cerca também.

Emmanuela Lins: Eles trabalham com o sisal? Fazem corda?

Morador 4: Fazem sim. Todo mundo faz. Eu só não deixo ele (o filho) ir pra o motor. Ali não é pra ele não.

A partir desse relato, percebe-se que, em relação às famílias, moradoras de Cuiuiú, participando ou não do Centro, elas têm a atividade agrícola como a principal fonte para obtenção de renda, além do mais nesta atividade é possível ter o envolvimento da maioria dos membros da casa nas diversas etapas do processo, desde o plantio até a elaboração de produtos oriundos da agricultura, como é o caso da cordoalha.

Essas famílias priorizam o trabalho nas atividades que sejam rentáveis, não em parâmetros quantitativos, mas sim de periodicidade, pois, é a partir dela que é feito todo um planejamento de investimento na infra-estrutura familiar, seja ela com a produção da cordoalha, do novo artesanato, ou de qualquer outra atividade que surja na localidade. A diferença que eles alegam é que, em relação a outras atividades, a produção da corda e de outros produtos agrícolas tem mercado certo para venda. O que deve acontecer *é melhorar a forma com vende*.

Uma das moradoras ao comentar sobre o projeto disse estar insatisfeita com a participação da filha no Centro, afirmou ainda que sua insatisfação não estava relacionada com à atividade desenvolvida no projeto, mas, porque a filha estaria dando outro destino, “comprando bijuterias, roupas, calçados etc., coisas que toda moça gosta de ter”, contudo, na ordem moral das famílias do lugar independentemente da renda ter sido adquirida pelo indivíduo, esta deverá ser sempre destinada para o coletivo.

Segundo as famílias, no trabalho de fabricação da corda a lógica era todos produziam e todos usufruíam das benesses do trabalho. Quando recebem a remuneração, esta fica, geralmente, com a mãe e é ela quem tem a responsabilidade de investir no que melhor for indicado para a família. Por isso, a não manutenção dessa lógica causa descontentamento e começa a ser questionado se aquele tipo de procedimento é benéfico para a família. Em

consequência, discute-se sobre a *má influência* que as agências de fomento podem está alimentando dentro do local, fragilizando as relações familiares.

3.3. AS AGÊNCIAS

Com o objetivo de desenvolver e difundir novas tecnologias, assim como proporcionar aos alunos do curso de Desenho Industrial à oportunidade de criar objetos que fossem inseridos no mercado, em 1997 o PEASA, a UFCG – ainda como UFPB/Campus II –, o PaqTc PB e o SEBRAE/PB formaram a parceria que tinha como eixo de trabalho, a inovação e incorporação do artesanato paraibano.

Com base na experiência de outros projetos já desenvolvidos no estado, o PEASA e o SEBRAE/PB receberam a incumbência de escolher as localidades em que seriam implementados os projetos. Para executá-los, os técnicos dessas agências teriam primeiro que elaborar os projetos para justificar os conseguir recursos e, posteriormente, colocar as ações em prática. E, por fim, administrariam os recursos e ficariam responsáveis pela divulgação do projeto e dos produtos criados no âmbito deste.

Ao SEBRAE/PB coube mais uma atividade, desenvolver, junto com os alunos do curso de desenho Industrial, os produtos e capacitar os atores locais para que estes fossem inseridos no projeto.

O sítio Cuiuiú foi escolhido como local para ser instalada uma das ações, porque já havia em Barra de Santa Rosa outro projeto da parceria Peasa/UFCG/PaqTc PB, no sítio Poleiros, que tinha como objetivo reutilizar o rejeito do dessalinizador para a criação de peixes e camarões. O rejeito contém substâncias que não podem ser descartadas, jogadas diretamente no solo, pois, comprovadamente, degradava ainda mais o ambiente. O objetivo era fomentar a criação de peixe e camarão, em seguida comercializar e gerar uma alternativa de renda para a população local.

Como já existia toda uma logística que favorecia o deslocamento dos representantes das Agências e dos técnicos para o local, e como os moradores de Cuiuiú tinham matéria prima para a produção de produtos, que vinham dos 111 hectares de plantio de sisal, ainda preservados na região, eles ainda mantinham a atividade de produção da cordoalha, como extensão da atividade agrícola. A produção da cordoalha nos moldes e condições tradicionais, para as agências, caracterizava-se como uma atividade artesanal em decadência, como a própria cultura do sisal, portanto, esse era o local adequado para um novo projeto.

No documento norteador das ações, um dos objetivos era: “estimular a preservação de atividades típicas e tradicionais e incentivar a produção e comercialização de mercadorias que tenham como base a geração de renda e a fixação dos jovens no campo”³³, e isso seria possível redimensionando a produção da cordoalha. Na prática, observa-se que as agências estão sempre empenhadas em aumentar a renda dos moradores que estão participando do projeto.

A preservação da cordoalha e o incentivo à permanência dos jovens em Cuiuiú acabam não sendo atividades a serem desenvolvidas e pensadas para um longo prazo, o que causa divergências de interesses entre as famílias e as agências. Em virtude disso, surgem em alguns momentos, formas de resistências como estratégia para manter ambas as atividades sendo realizadas concomitantemente. Caso haja algum tipo de pressão para darem prioridade a feitura do novo artesanato em relação a cordoalha, corre o risco da desistência na participação do projeto, ou mesmo, a diminuição do ritmo na produção dentro do projeto, e dando prioridade, pelas famílias, na produção semanal da corda.

Como os representantes e técnicos das agências não levantaram a hipótese de existência desses tipos de resistência à nova forma de trabalho, não foram realizadas ações,

³³ Fonte: www.mda.gov.br

até o momento, no sentido de compatibilizar os interesses dos diferentes atores – famílias envolvidas e agências –, porque, embora, este tipo de postura seja perceptível para os agentes de desenvolvimento, há um completo imobilismo. Nas narrativas dos técnicos e agentes estas questões são sempre deixadas de lado, o tom do discurso são os objetivos a alcançar e o cumprimento do plano de execução das atividades. Não há evidências de que sejam destinados recursos, nem esforços no planejamento de atividades que sirvam para aproximar os moradores de Cuiuiú e atrair para o projeto aqueles que se mantêm avessos a entrada na Associação e que podem prejudicar aqueles que efetivamente participam.

Agência 1: A gente sabe que tudo o que é novo causa espanto. Mas eles vão se acostumando. Eu sabia que ia entrar gente e sair. Ficaram poucos da turma que entrou e, os que ficaram, são empenhados. Um ou outro é que não dá conta do trabalho. Posso dizer que preciso de 500 peças que as que ficaram, correm e fazem, mesmo que depois voltem pela falta de qualidade, mas elas fazem. É assim mesmo. O que eu não posso é ficar correndo atrás de mais gente. Quando era cheio isso daqui, as coisas não andavam e acabou o recurso dos cursos. Não tem como mais fazer capacitação. Só se aparecer mais projeto. Se aparecer, a gente faz. (...) O dinheiro que tem, só dar para manter eles [OS QUE ESTÃO INSERIDOS NO PROJETO], porque ainda não conseguimos fazer fundos para manter as participações deles nos eventos e é isso que ajuda na divulgação³⁴.

Para os representantes das agências, torna-se melhor trabalhar com uma quantidade reduzida de famílias, pois, no momento de distribuição de renda, oriundos da venda dos produtos, eles acabam ganhando mais e permanecem mais *fiéis* às ações a serem desenvolvidas.

Em 2003, as agências que fomentam o projeto em Cuiuiú conseguiram uma nova parceria com a criação do *Programa Estadual “A Paraíba em Suas Mãos”*. O Programa surge enquanto política pública pela pressão de órgãos internacionais, principalmente da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, que

³⁴ Extraído de entrevista realizada no dia 30 de outubro de 2007 com uma representante das agências que fomentam o projeto.

desde a década de 1980, vem desenvolvendo programas para incentivo à cultura e tem influenciado no direcionamento de políticas públicas, em países como o Brasil, para divulgação e promoção da cultura local.

Foi com o investimento vindo da UNESCO que *Programa A Paraíba em Suas Mãos* vem promovendo o desenvolvimento do artesanato paraibano, dentre eles o projeto do Centro Artesanal de Cuiuiú, com o objetivo claro de promover o desenvolvimento do artesanato paraibano, para que seja reconhecido nacional e internacionalmente, de forma integrada com o turismo, melhorando as condições de vida dos artesãos e artistas, através da geração de trabalho e renda, preservando as formas de identidade cultural da região que podem ser transmitidas por processos educacionais às novas gerações³⁵.

Como metodologia para as ações da gestão do programa foi sistematizado a parceria junto ao SEBRAE/PB para dar um novo enfoque ao artesanato paraibano, investindo na contratação de técnicos especializados para desenvolver novos produtos, diferenciando de antigos modelos de produção e organização social relacionado às atividades artesanais. Em seguida, foram realizadas capacitações para os artesãos com vistas à produção de novos produtos.

3.4. OS TÉCNICOS

A inserção dos técnicos contratados para desenvolver os novos produtos gerou alguns desconfortos, tanto com membros das famílias, que estão associadas ao Centro, quanto com aqueles que resolveram sair. Este fato justifica um dos objetivos do projeto, a resignificação da atividade de produção artesanal da cordoalha.

Todos os técnicos que trabalharam, até o presente momento, vêm das mais diversas regiões do Estado e, os que foram entrevistados, demonstravam não ter conhecimento do que era a produção da cordoalha e, até hoje, poucos são os que tiveram

³⁵ Fonte: Decreto Governamental nº 24.647/2003. In. www.paraiba.pb.gov.br

interesse ou oportunidades de estarem dialogando com as famílias do lugar sobre a atividade, pois, como já foi discutido em outro momento, a antiga atividade, traduz um sentido de ultrapassado, fora de um padrão estético, sem chances no mercado de consumo. Por isso, não é algo que mereça investimento.

O olhar dos técnicos acerca da cordoalha e a maneira como concebem e definem a produção da corda antiga influencia o debate sobre a atividade artesanal desenvolvida em Cuiuiú, desde 2001, quando o projeto começou a ser implantado. Percebe-se a não identificação com os produtos e que, mesmo com toda pressão dos técnicos, em suas capacitações, na implementação desse trabalho artesanal em Cuiuiú, as famílias têm resistido a feitura de alguns produtos como foram *ensinados* pelos técnicos que não sabem fazer na prática o que desenharam no papel, bem como, a manutenção da antiga produção artesanal da corda e dos traços que compõem sua identidade, ou seja, na articulação das práticas tradicionais às práticas modernas.

Refletindo sobre esse aspecto, podemos levantar à discussão a noção de *Trabalho Alienado* de Marx, tendo em vista que, no caso de Cuiuiú, o “o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como a um objeto estranho”³⁶

Um das características que consiste a alienação do trabalho é o fato de que:

O trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho forçado*. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades³⁷.

³⁶ MARX; 2003, p. 112.

³⁷ Idem, p. 114.

O projeto implantado em Cuiuiú, com sua nova lógica de organização do trabalho e de produção, surgiu com a perspectiva de proporcionar o desenvolvimento econômico dos artesãos que integrassem o Centro, mas o que se viu foi o descontentamento profundo, o que justifica o fato de que há um alto índice no desvinculo com o projeto, por parte dos artesãos e, mesmo os que ainda exercem as atividades, nunca deixaram de produzir e vender nas feiras, ou para os atravessadores, a corda antiga, pois, em suas falas, essa atividade pode de ser encarado como a “poupança”, já que tem venda semanal garantida, não dependendo de variação do mercado. Nesse caso, essa atividade pode ser encarada como uma *atividade livre* que possibilita o completo entendimento do trabalho do agricultor que fora transformado em artesão e qual importância desta na sua existência e de suas tradições, já que a cordoalha é encarada na comunidade como uma marca simbólica da sua cultura.

Outro fator que provoca o descontentamento dos artesãos com o trabalho do Centro é o fato deles estarem submetidos a uma procura de mercado, pois, os novos produtos não apresentam um número constante de vendas semanal, já que o maior comprador, a rede de supermercados Pão de Açúcar, só faz os pedidos tendo em vista a reminiscência dos produtos no estoque e a procura do mesmo pelo consumidor. Essa é uma lógica que nunca havia sido vivenciada, por eles, em relação a sua produção artesanal, antes do surgimento do Centro, tornando o seu trabalho dependente do aumento da produção, mercadoria e diferenciando do trabalho rural antes vivenciado.

Isso gera uma nova identidade que difere dos outros, que permaneceram com as práticas antigas, levando a uma espécie de diferenciação social pelos integrantes das famílias mais próximas espacialmente ao Centro Artesanal e a mudança de valores dentro de Cuiuiú, reforçando as divergências entre os agentes envolvidos e as famílias locais.

Nesse aspecto, dialogando com Marx (2003), o estranhamento com a nova forma de trabalho e a atividade exercida pelos associados, deve-se ao fato de que os que

permaneceram avessos ao projeto vêm no novo modelo de trabalhador do sisal – esse associado a um projeto e que detém novos conhecimentos de ferramentas e técnicas para o trabalho – ser apoderado por valores de um mercado de consumo exterior ao seu mundo, com características bastantes diferentes dos modelos que estavam acostumados a vivenciarem e que acaba privando-os dos *meios de existência*³⁸ que estavam acostumados.

Nesse debate, a noção de *meio de existência* adquire a conotação de uma vida mais próxima às tradições e conhecimento e domínio do produto, bem como do trabalho realizado, e a perda do controle da sua atividade gera a alienação, justificado a partir de valores das agências fomentadoras e não da comunidade.

*A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autonomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica*³⁹.

As disputas de poder que surgem podem ser polarizadas em dois aspectos: enquanto uns querem manter a tradição – os moradores de Cuiuiú – aliado a uma nova forma de aumento da renda, outros querem implantar uma mentalidade empreendedora para a produção da cordoalha, influenciados pelo discurso dos técnicos das agencias fomentadoras, pensando em estratégias para a inserção desse *velho* produto em um mercado de consumo ecologicamente correto.

No entanto, o trabalho dos técnicos influencia as famílias de Cuiuiú, contribuindo para que elas pensem em novas formas de venda do seu produto, no entanto, eles ainda não conhecem o mercado como é necessário para que essa estratégia seja posta em prática e acabam não tendo referências para melhor discutir as ações que devam ser tomadas, a partir de um determinado momento do projeto.

³⁸ Idem, p. 112.

³⁹ Idem, p. 112.

Porém, os técnicos têm em sua vantagem, a possibilidade e o controle dos investimentos dos projetos o que asseguram a eles, como uma espécie de *capitalista*, que detenham o controle das vendas e indiquem as ações a serem realizadas, fazendo com que o produto do trabalho não pertença aos artesãos, o que eles recebem é uma remuneração, mas parte do que for arrecadado com a venda das mercadorias tem que ser retido pelo PEASA, agência que controla a parte financeira, para que cubra os custos dos investimentos realizados, que assegure a divulgação do produto e do projeto, bem como a divulgação do próprio PEASA e SEBRAE/PB.

A remuneração que os artesãos recebem acaba tendo a conotação de um salário, mesmo que não seja chamado assim pelos atores envolvidos por acharem que isso iria denegrir a lógica do projeto, como também iria retirar do Centro Artesanal de Cuiuiú a prerrogativa de uma associação que está balizada pelo interesse em desenvolvimento da comunidade e não das agencias.

No Brasil, o planejamento das ações para o desenvolvimento das comunidades tende a descaracterizar a noção de sociedade, como um conjunto de relações sociais entre atores, num espaço de disputas, interesses e poder, que influenciam diretamente as identidades, os discursos e as ações dos indivíduos e grupos. Este pressuposto torna-se mais visível quando nos debruçamos sobre os projetos de empreendedorismo, particularmente, aquelas direcionadas ao combate a pobreza nos espaços rurais.

O olhar institucional, também é um dos fatores que pode influenciar para que as famílias apresentem resistência em relação ao projeto. A fala de um dos técnicos, quando abordado sobre a forma como ele avalia o desempenho da comunidade no projeto e se havia tido melhorias para as famílias, ele respondeu:

Esse contato com o mercado pra mim é fundamental para essa percepção e eles testarem lá, isso, para mim, é um ganho absurdo. Preferi ter essa relação de não querer mais essa exploração, é um dos ganhos. Trabalhar. Antes eles trabalhavam isolados, hoje eles trabalham em grupo, lógico,

com todas as discussões e problemas que podem acontecer na construção de uma cooperativa. Mas, hoje, eles tem uma divisão de tarefas. Vêem que o trabalho de um também depende do trabalho do outro. Que o trabalho bem feito de um, influencia no seu trabalho bem feito⁴⁰.

Adiante o técnico se contradiz afirmando que, com o trabalho na Associação, houve uma melhora significativa nas relações de trabalho e um maior comprometimento das famílias na execução das atividades. Tais interpretações reificam adjetivos cujos significados devem ser questionados.

Estes questionamentos trazem à discussão a necessidade de uma mudança de foco das instituições para com os artesãos, demonstrando que o saber tradicional estará sendo julgado por índices que não incorporam as subjetividades presentes nas ações humanas e que não conseguem entender o dinamismo cultural, cercados de significados afetivos e simbólicos, que não são explicados objetivamente pelos índices e estatísticas que inferem sobre o desenvolvimento de uma localidade.

As novas tecnologias e implementos não foram suficientes para criar, ou manter, a identificação dos artesãos com os produtos e com a nova dinâmica do trabalho. Esse processo não assegura o desenvolvimento econômico planejado, pois, entendemos, que acabam por originar problemas em relação a remuneração do trabalho que antes não existiam como também com os próprios moradores da comunidade e participantes do Centro, pois alguns tornam-se “aliados”, ou melhor, *agentes de desenvolvimentos*, que são da comunidade mas tem suas falas como uma reprodução dos interesses das agencias fomentadoras.

Os agentes do desenvolvimento são pessoas locais propensas a se tornarem aliadas de iniciativas de desenvolvimento porque podem identificar benefícios e interesses em comum com os *outsiders*⁴¹.

⁴⁰ Entrevista dada em março de 2006.

⁴¹ RIBEIRO; 2005, p.12.

Essa noção de agentes de desenvolvimento, seria semelhante, ao que Marx chamava de a hierarquização da base de trabalho do sistema capitalista, pois com a maior quantidade de pessoas envolvidas na produção, exige-se pessoas que dirija e coordene as ações de produção. No caso de Cuiuiú, um morador vizinho ao Centro toma para si essa atividade e, como há interesses semelhantes – e alimentados pelos próprios técnicos – esse serve como a figura do mediador.

Outro conflito que é percebido é sobre a harmonia das relações de trabalho que foram construídas entre as famílias de Cuiuiú a partir da criação do Centro.

Na narrativa de um dos técnicos fica claro que houve melhoria na qualidade da relação de trabalho e uma maior valorização econômica do mesmo, seguindo os parâmetros de remuneração que o trabalho industrial, sindicalizado, e que isso *é um dos pontos positivos que eles começaram a vivenciar*. Isso revela que esses técnicos não percebem as singularidades que existem nas relações sociais, principalmente, no caso deles que estão inseridos em um mundo rural que não conhecem duas dinâmicas e que, mesmo não percebendo, acabam por querer impor uma lógica de trabalho industrial que não condiz com realidade daquelas famílias, e isso indica que os representantes e técnicos das agências fomentadoras não compreenderam os sentidos desse processo de remuneração, através do trabalho associado para aquelas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marilena Chauí discute em seu trabalho *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*, aspectos da cultura popular no Brasil e considera esses dois conceitos do título da obra como sendo a base da relação entre Cultura Popular e Cultura Dominante.

Segundo a autora, as representações da cultura popular são ambíguas dentro das relações que a compõem. Existem dimensões simultâneas em sua composição e a forma como se relacionarão com o produto final, depende disso.

Ora, seres e objetos culturais nunca são dados, são postos por práticas sociais e históricas determinadas, por formas de sociabilidade, da relação intersubjetiva, grupal, de classe, da relação com o visível e o invisível, com o tempo e o espaço, com o possível e o impossível, com o necessário e o contingente. (...) Assim, considera o popular em suas ambigüidades, como tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar.

Em Cuiuiú, é perceptível o confronto entre a nova forma de pensar a atividade com a cordoalha, em relação com a antiga. No entanto, há uma dominação e controle da atividade em relação as posturas adotadas pelas agências de fomentos.

Claramente, há a tentativa de desvalorização da cordoalha, vendida na feira, em relação ao artesanato, vendido nos supermercados. A diferença dos espaços de venda é utilizado como justificativa para a idéia de atraso em contrapartida a possibilidade de crescimento deles. Nas falas dos representantes das agências de fomento da Associação, a feira é o espaço que representa a crise do sisal, do declínio de uma cultura. Já o supermercado, é o novo. É a demonstração de novas possibilidades de renda, e para eles, conseqüentemente, de desenvolvimento. Por isso, não há uma preocupação em tentar perceber outros mecanismos de aumento de renda usando a cordoalha.

Emmanuela: Os artesão continuam fazendo a cordoalha?

Agência 2: Continuam.

Emmanuela: Por que?

Agência 2: Eles não querem deixar não. Já conversamos com elas que não é vantagem para elas continuarem fazendo a corda, porque quase não dá dinheiro. Eles não chegam a ganhar R\$10,00 em um dia de trabalho. Mas elas são teimosas. Eu falei que quando elas vendem um desses, ganham R\$ 5,00 e fazem bem rapidinho. Era para quando elas estiverem sem fazer as

coisas de casa ou indo para a escola, era pra elas pegarem o sisal e ficarem fazendo a cordinha, porque, quanto mais tiver, mais produtos vão fazer e vender e vão ganhar muito mais. Iam viver melhor do que a gente.

Emmanuela: E a corda grande, ela é vendida aonde?

Agência 2: Na feira. Daqui, de Campina, de tudo que é região. Aquele menino que vem no caminhão, ele é do Caruaru. Ele pega aqui e leva pra lá...

Emmanuela: Ele vem toda semana, né?

Agência 2: É. E parece que compra de todo mundo, porque ele sai com o caminhão cheio toda semana.

Emmanuela: Então, tem como vender o que se produz.

Agência 2: Não sei, porque é vendido nas feiras livres e a gente não sabe como funciona. Mas você já viu? É muito imundo isso. E se agente disser que é bom, elas (AS ARTESÃS) vão querer fazer a corda grande ao invés da cordinha porque dá menos trabalho. Mas elas não conseguem entender que isso é feio. Não vende.

Mesmo que as agências tenham uma imagem negativa, em relação a cordoalha, há claramente a manutenção da produção, como uma forma cotidiana de resistência e valorização de antigas formas do trabalho agrícola que contribuíram para a formação daquela, hoje chamada, comunidade (SCOTT, 2002).

Essa resistência acontece de forma sutil e sem atritos entre Agência e Artesãos, mantendo, assim, uma convivência pacífica entre os atores envolvidos.

A maioria das formas que essa luta toma cessa ao ser coletivamente desafiada. Aqui tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. Essas formas brechtianas de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite. Entender essas formas comuns de luta é entender o que muitos dos camponeses fazem nos períodos entre as revoltas para melhor defender seus interesses⁴².

Há resistência sim! O que não existe dentro dessa relação, Comunidade Cuiuiú-Agências de Fomento, são laços de antipatia. Ambos os atores, sabem que exatamente o que

⁴² SCOTT, 2002, p. 11-12.

precisam um do outro e como podem conseguir o que querem em relação os dois tipos de produto que produzem.

Em diversos momentos, há a utilização do maquinário, oriundos dos recursos para implementação da Associação, em relação a produção da cordoalha. Isso quer dizer que, o edifício não é utilizado exclusivamente para as atividades do projeto.

Pelo contrário, aqueles que estão associados, usam a bateadeira, para melhorar a fibra de feitura da cordoalha e não mais precisam pagar a terceiros pelo serviço, tendo um lucro maior quando os fardos são vendidos, tendo em vista que conseguiram diminuir os custos da produção utilizando o equipamento da Associação.

É pensando nisso, que tentam fazer com que, mesmo de forma sutil, que a cordoalha seja pensada como uma extensão do novo tipo de artesanato.

Da mesma forma, os outros maquinários são utilizados para melhorias na atividade agrícola, demonstrando claramente que o artesanato é umas das atividades dentro da pluriatividade exercida por esses indivíduos.

Nesse momento, o que pode ser entendido pelo desenvolvimento trazido pela presença da Associação em Cuiuiú? As agências e a comunidade entendem o desenvolvimento da mesma forma?

Essas são questões que devem ser pensadas no momento em que definimos o conceito de desenvolvimento nessa experiência.

Ambos os lados tem referencias bem marcantes do que é desenvolvimento. Enquanto as agências priorizam o aumento da renda, por entenderem que assim, podem dar maior possibilidade de aquisição de bens materiais, melhorando a infra-estrutura nos lares dos moradores envolvidos na Associação. Os moradores, também perceberam a oportunidade de conseguirem benefícios que vão além do fator econômico.

Desenvolvimento, nesse caso, está associado a aumento de possibilidades de conhecimento e experiências no convívio social.

É claro que o aumento da renda também é importante, mas, o que eles mais ganharam foram oportunidades de: conhecerem novos espaços; acessos a novas ferramentas de trabalho; a aprendizagem de novas atividades; e a percepção de que é possível encontrar formas mais lucrativas de venda dos seus produtos.

Por esses fatores, é que os artesãos não se limitam as atividades da Associação, nem mesmo, aceitam a redução do seu trabalho da definição de sua identidade. Apesar de hoje se apresentarem enquanto artesão, todos perceberam que vão conseguir maiores benefícios mantendo suas atividades de agricultores.

Foi tentado discutir ao longo desse texto as formas de percepção da noção do trabalho relacionado a Associação Artesanal de Cuiuiú e como ela trouxe desenvolvimento para a comunidade. Contudo, vimos que essa não é uma experiência fechada. O conceito de desenvolvimento ganhou várias facetas dentro do projeto.

As agências que fomentaram o projeto entendiam o desenvolvimento como uma ampliação da renda para obtenção de bens de consumo. Já os atores envolvidos, utilizaram a inserção dentro dessa nova experiência como uma possibilidade de ampliação das oportunidades de vivência e ferramentas de trabalho.

Seguindo a lógica de uma escolha racional, em relação a forma em que ocorreria a participação do projeto, houve um intercâmbio de experiências que serviram no somatório para as interações individuais, ampliando a capacidade de relações e experiências, aprimorando a coesão social daquela comunidade.

O modelo de associativismo não é aquele planejado na integra dentro do *Projeto de Implantação de Unidade de Beneficiamento da Fibra de Sisal (Agave sisalana, Perr.) Para Confecção de Artesanato na Comunidade Cuiuiú – Barra de Santa Rosa*, documento

que foi o início da experiência. Houve um associativismo espontâneo que, segundo Coleman (1990), é decorrente do aprimoramento dessas experiências com a inserção de agentes externos, já que há o redimensionamento do projeto inicial, devido aos interesses da comunidade local.

Isto quer dizer que, houve o fortalecimento do grupo que teve retorno com as atividades artesanais em sua nova esfera, mas não há o abandono de antigas práticas de trabalho. Pelo contrário, o desenvolvimento desses atores é percebido quando sabem que é possível ressignificar antigas atividades a partir de novas lógicas de mercado.

A cordoalha é percebida como uma atividade mais forte que o artesanato, pois, esse último, também tem seu valor transitório dentro dessa lógica do mercado de consumo. Assim como o sisal teve seu auge e declínio, provavelmente, essa atividade também viverá esse ciclo.

O que esses novos artesãos aprenderam com essa experiência é que existem outros mercados que podem consumir o que fazem, desde que use-se o argumento correto.

Se conseguem criar uma estratégia de venda para um porta-guardanapo, com apelo de retorno social a uma comunidade do interior da Paraíba, porque não vender a cordoalha por ela ser ecologicamente correta?

A grande contribuição do projeto dentro de Cuiuiú foi justamente a ampliação do olhar de mercado e fazer com que, mesmo reduzido a um pequeno grupo familiar, e que o mesmo cria estratégias para outros não entrarem, eles consigam projetar outras redes para a relação de conhecimento e, com isso, adquirir outros tipos de recursos além do local e mais ou menos organizados em instituições. Para Bourdieu (1980) essa seria uma das facetas para a aquisição de capital social.

A ampliação dessa característica poderia contribuir para o rompimento que historicamente é construído para limitar a participação de uma maioria de indivíduos dentro

dessa sociedade capitalista, principalmente, no caso nordestino, que foi visto com um problema a ser solucionado nas diversas políticas existentes para consolidação, sempre, de novos projetos.

Claramente, o que há em Cuiuiú, é a tentativa de se conviver com as novas e antigas experiências, pois, assim, teriam a garantia do aumento eficiente na obtenção de renda e de controle em suas produções.

Como esse exercício requer tempo, a aproximação dessas agências é bastante interessante para eles, pois, com suas resistências cotidianas, acabam conseguindo impor um ritmo de atividade ou apropriação das experiências como melhor for de acordo para os envolvidos. Lembre-nos o caso do morador que permanece na Associação porque aprendeu uma nova atividade, a de soldador, e utiliza o maquinário disponível do local para fazer pequenos trabalhos que foi contratado por pessoas externas.

Os representantes das agências sabem que isso acontece, mas não fazem nada para impedir, porque utilizam isso como um mecanismo para não evacuar a participação no projeto. E, assim, o objetivos de ambos os grupos vão sendo atingidos. Não aqueles que primeiramente foram pensados, mas os que foram adaptados as realidades vividas.

Talvez, uma possibilidade de ampliar a participação das famílias da comunidade no Centro, evitando a constante evasão dos membros do Centro Artesanal, seria pensar o Centro como estratégia de desenvolvimento sustentável, utilizando o projeto em uma escala maior, ou seja, fortalecendo toda a cadeia produtiva do sisal, desde o plantio até a comercialização dos diversos produtos deste, sem exclusividade para um tipo específico de produto – o de decoração – que é visto pela comunidade como instável e estranho.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALBUQUERQUE, Vicente P. Pesquisa e Disseminação de Tecnologias Apropriadas à Agricultura Sustentável. In *Anais do SITADS: Seminário Internacional de Tecnologias Apropriadas para o Desenvolvimento Sustentável*. Campina Grande/PB, 1996.

BACELAR, Tânia. *Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BARROS, Adriano de Sousa. O empreendedorismo comunitário na promoção do desenvolvimento local: a experiência de extensão universitária do Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido (PEASA). Campina Grande: UFCG/PPGS, dissertação de mestrado, 2006.

BARROS, Maria A. L.; CARVALHO, Orozimbo S.; SILVA, Odilon R. R. F. Importância econômica e situação da cultura do sisal. In SILVA, Odilon R. R. F.; Beltrão, Napoleão E. de M. *O agronegócio do sisal no Brasil*. Brasília: Embrapa, 1999.

BORBA, Maria Auxiliadora Bezerra. Saberes e fazeres do povo: resgate da cultura popular na Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária: UFPB, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. In: *Actes de La recherche en sciences sociales*, v. 31, 1980.

BURSZTYN, Marcel (org.). *Ciência, Ética e Sustentabilidade: Desafios ao novo século*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

_____. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2008.

CANIELLO, Márcio. Quando a sustentabilidade falha: o caso do programa da caprinovinocultura no Cariri paraibano. In WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004.

CARVALHO, Heidi Cristina Buzato de. Artesanato de Caixeta em São Bernardo – SP. Piracicaba: USP / Mestrado em Ciências, 2001 (mimeo).

CASCUDO, Luís da Câmara. *Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia geral*. São Paulo: Global, 2004.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

COLEMAN, James. *The foundations of social theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

COUTO, Lúcia. *A saúde na fala dos trabalhadores do desfibramento do sisal: um estudo de caso – Paraíba*. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba / Mestrado de Sociologia Rural, 1989 (mimeo).

DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1992.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Editora da USP, 1998.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

DOUGLAS, Mary; NEY, Steven *Missing Persons: a critique of the social sciences*. London, England: Univerty California Press, LTD, 1993.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELSTER, Jon. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FOOTE-WHYTE, William. *Treinando a observação participante*. In: *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GOMES, Ramonildes. *A qualidade de vida das famílias do Perímetro Irrigado de São Gonçalo: ética e racionalidade*. Recife: Universidade Federal do Pernambuco / Programa de Pós-graduação em Sociologia, Tese de Doutorado, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KRISHAN, Kumar. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LIMA, Antonio Aquilino de Macedo. *O Artesanato nordestino: características e problemática atual*. Fortaleza: BNB. ETENE, 1982.

LINS, Emmanuela; GOMES, Ramonildes. *Uma tradição silenciada: a produção Artesanal da corda de sisal*. In *Anais do I Encontro da Rede Rural*. Rio de Janeiro: UFF, 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARX, Karl. *Cooperação. O Capital*. São Paulo: Difel, 1982.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MATOS, Aécio Gomes de. Desenvolvimento e autonomia local. In WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dívida*. Lisboa: Edições 70, 1950.

PARAÍBA. Decreto nº 19.328 de 26 de novembro de 1997. Aprova o Regimento Interno de Projeto COOPERAR do Estado da Paraíba. Diário Oficial do Estado da Paraíba, Poder Executivo, João Pessoa, 26 nov. 1997, n. 10.740.

PROJETO DE FOMENTO À IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL NO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO: Projeto de Implantação de Unidade de Beneficiamento da Fibra de Sisal (*Agave sisalana*, Perr.) Para Confecção de Artesanato na Comunidade Cuiuiú – Barra de Santa Rosa. Campina Grande: Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido – PEASA/UFPB, 1999.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento. Série Antropológica. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 2005.

SACHS, IGNACY, *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas. In Anais do XLIV Congresso da SOBER: *Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento*. Fortaleza: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In. RAÍZES: *Revista de ciências sociais e econômicas* – Vol. 21, nº 01. (jan.-jun. 2002). Campina Grande: UFCG/PPGS, 2002.

_____. *The moral economy of the peasant: rebellion and susistence in southeast Ásia*. New haven: Yale University, (1996).

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Marcos (org.). *Dicionário Crítico Câmara Cascudo*. São Paulo: Perspectiva, FFLCH/USP, Fapesp; Natal: EDUFRN, Fundação José Augusto, 2003.

SILVA, Odilon Reny F.; BELTRÃO, Napoleão Esberard de M. O agronegócio do sisal no Brasil. Brasília: Embrapa-SPI; Campina Grande: Embrapa-CNPA, 1999.

SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Recife: SUDENE, 1978.

THOMAS, Vinod. *Mais crescimento, melhor crescimento*. In. Jornal O Globo, 2003 (Disponível em <http://www.oglobo.globo.com>).

TONNEAU, Jean-Philippe. Desenvolvimento rural sustentável: novo paradigma ou velhas questões. In. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004.

TONNEAU, Jean-Philippe; TEIXEIRA, Olívio Alberto. Políticas públicas e apoio institucional à agricultura familiar no Brasil: agroecologia e estratégias de desenvolvimento rural. In RAÍZES: *Revista de ciências sociais e econômicas* – Vol. 21, nº 02. (jul.-dez. 2002). Campina Grande: UFCG/PPGS, 2004.

VEIGA, José Eli da. Empreendedorismo e desenvolvimento no Brasil rural. In Unimontes Científica, 7 (2), 2005, p. 14-45, (Disponível em www.fea.usp.br/professores/zeelli/).

_____. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. In Estudos Avançados, 15 (45), 2001, p. 101-119 (Disponível em www.fea.usp.br/professores/zeelli/).

VIOTTI, Eduardo Baumgratz. Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável Brasileiro. In BURSZTYN, Marcel (org.). *Ciência, Ética e Sustentabilidade: Desafios ao novo século*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Olhares sobre o “rural” brasileiro. In RAÍZES: *Revista de ciências sociais e econômicas* – Vol. 23, nºs 01 e 02. (jan.-dez. 2004). Campina Grande: UFCG/PPGS, 2006.

WERTHEIN, Jorge. Apresentação. In BURSZTYN, Marcel (org.). *Ciência, ética e sustentabilidade*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

Sites visitados

<http://www.codata.pb.gov.br/apps/aparaibaemsuasmaos/site.html> (Acesso em 11/09/2006)

<http://www.Sebraepb.com.br> (Acesso em 10/09/2006)

<http://www.peasa.ufcg.edu.br> (Acesso em 10/09/2006)

<http://www.paraiba.pb.gov.br> (Acesso em 11/09/2006)

<http://www.paqtc.org.br> (Acesso em 11/09/2006)

<http://www.jornaldaparaiba.com.br> (Acesso em 15/09/2006)

<http://www.ibge.gov.br> (Acesso em 04/04/2008)

<http://www.oglobo.globo.com> (Acesso em 15/04/2008)